

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

CAROL DE PAULA MELLO

**UMBANDA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO
SEU NASCIMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL ENTRE O FIM
DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX**

SEROPÉDICA

2021

CAROL DE PAULA MELLO

**UMBANDA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO
SEU NASCIMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL ENTRE O FIM
DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX.**

Monografia apresentada no curso
graduação da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, curso de
Economia como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Economia.

Orientadora: Professora Rúbia
Cristina Wegner

SEROPÉDICA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

A large, empty rectangular box with a thin black border, positioned centrally below the title. It is intended for the user to enter cataloging data.

CAROL DE PAULA MELLO

UMBANDA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO SEU
NASCIMENTO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E
MEADOS DO SÉCULO XX

Monografia apresentada no curso
graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas, curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Economia.

Data da defesa: 05 de maio de 2022.

Resultado: _____

Banca Examinadora

Nome da Professora: Rubia Wegner.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nome do Professor: Dr. Pablo Bielshowsky

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nome do Professor: Dr. Marcelo Fernandes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Aos meus pais;

À minha companheira;

À minha orientadora;

Aos meus amigos;

E finalmente, mas não menos importante, aos meus guias que estão sempre comigo no meu caminhar.

EPÍGRAFE

*Trabalha preto velho, trabalha;
Trabalha para ganhar o vintém;
Trabalha preto velho trabalha;
Trabalha para ganhar o vintém;
Pois quem trabalha Deus ajuda;
Quem não trabalha nada tem;
Pois quem trabalha Deus ajuda;
Quem não trabalha nada tem*

Autor desconhecido.

Resumo

A Umbanda no Brasil, datada em 1908, surge em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, através de Zélio de Moraes, se manifestando com uma religião intrinsecamente brasileira, a partir da sintetização das práticas religiosas afro-brasileiras, cristãs e espíritas. Sua formação acontece em meio a um período de grande transformação no país, onde os processos econômicos e sociais da época, como a abolição da escravatura e o início da industrialização e urbanização, são determinantes para seu surgimento e legitimação como uma religião criada para amparar o trabalhador urbano a enfrentar as dificuldades da exploração capitalista, entre o fim do século XIX até meados do século XX. O objetivo central desse trabalho monográfico é avaliar o surgimento da Umbanda em função de um momento específico de expansão das desigualdades socioeconômicas a partir dos processos, que ocorriam à época. A metodologia empregada dá-se através de pesquisa bibliográfica, priorizando a utilização de argumentos de natureza teórica. Propõe-se, assim, a entender como a Umbanda supre as necessidades físicas e emocionais do trabalhador urbano, ajudando a enfrentar as condições precárias em que viviam.

Palavras-chave: Umbanda, industrialização e urbanização.

Abstract

The Umbanda in Brazil, dated from 1908, appears in São Gonçalo, Rio de Janeiro, through Zélio de Moraes, manifesting itself with an intrinsically brazilian religion, from the synthesis of afro-brazilian, christian and spiritist religious practices. Its formation takes place in the midst of a period of great transformation in the country, where the economic and social processes of the time, such as the abolition of slavery and the beginning of industrialization and urbanization, are decisive for its emergence and legitimacy as a religion created to support the urban worker facing the difficulties of capitalist exploitation, between the end of the 19th century and the middle of the 20th century. The main objective of this monographic work is to evaluate the emergence of Umbanda in terms of a specific moment of expansion of socioeconomic inequalities from the processes that took place at the time. The methodology used is through bibliographic research, prioritizing the use of theoretical arguments. Thus, it is proposed to understand how Umbanda meets the physical and emotional needs of urban workers, helping them to face the precarious conditions in which they lived.

Key words: Umbanda, industrialization and urbanization.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: média de imigração por decênio (1870-1950).....	26
Gráfico 2 – Crescimento no século populacional e do Produto Interno Bruto no século XX. (Índice 1900 = 100).....	27
Tabela 1 – Produção doméstica e exportação de produtos primários em mil toneladas: 1920 - 1950.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INDUSTRIALIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX.	15
2 URBANIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TRABALHADOR BRASILEIRO URBANO	36
2.1 A ABOLIÇÃO E INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	37
2.2 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	40
2.3 AS CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR.....	42
2.4 AS REVOLTAS URBANAS	45
3 UMBANDA: A MACUMBA EMBRANQUECIDA.....	49
3.1 UMBANDA: FORMAÇÃO DA RELIGIÃO	51
3.2 ORIGENS DA RELIGIÃO	55
3.3 INTEGRAÇÃO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL	58
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

A religião é estudada pelas ciências sociais e humanas por ter importante papel de influência no âmbito individual e comum na sociedade, por vezes, a religião fora considerada como alienadora. Muitos pensadores a partir da metade do século XIX passaram a admitir a religião como obstrução ao progresso político, econômico, científico, cultural e educacional. A frase “a religião é o ópio do povo” de Karl Marx continua sendo aceita por diversos pesquisadores. No entanto, a religião historicamente nasce de processos econômicos, sociais e culturais das mais diversas sociedades. Além disso, não se pode desconsiderar seu papel em ajudar seus adeptos a se fortalecerem no enfrentamento de suas mais variadas mazelas, que podem decorrer de doenças, condições materiais e outros. A teologia da libertação, por exemplo, na década de 1960, no Brasil, expressou a pregação de cristianismo de luta contra a pobreza e a injustiça social e contra o regime da ditadura militar. Um dos expoentes da teologia da libertação, Frei Betto, posicionou-se aos dirigentes de países comunistas de forma questionadora quanto a sua abordagem crítica de que a ‘religião seria ópio do povo’. Um dos seus argumentos era que ao afirmar isso, afirmavam que a religião seria própria do aparelho estatal burguês e reacionária em absoluto, contrariando o raciocínio dialético materialista¹.

De fato, historicamente, o cristianismo serviu para legitimar, até então, a exploração do trabalho e a defesa da propriedade privada dos meios de produção, bem como a Igreja se arvorou a fazer propagandas contra a revolução, impondo aos dirigentes dos países comunistas um entendimento de que a religião seria alienadora. Por outro lado, Frei Betto, ao transcorrer pela evolução da trajetória pessoal de Karl Marx, parte afirmando que Marx não nasceu ateu. Em suma, Betto (1986), argumenta que sendo os homens que fazem a história, o fenômeno religioso, dentro dela, deve ser encarado em suas dimensões próprias, isto é: a religião não existe em abstrato, mas concretamente encarnada na vivência social e política de pessoas situadas historicamente e que mantêm entre si determinadas relações de Produção. “Por isso Marx estuda a inter-relação que há entre Cristianismo e sociedade capitalista” (IDEM:30). A religião pode ser entendida ou encarada como a nuance de reposta

¹ Essa argumentação pode ter como exemplo o livro *Fidel e a religião – conversas com Frei Betto*, lançado em meados da década de 1980. Em 2016, o livro ganhou uma nova edição.

possível de homens e mulheres que já se encontravam alijados e que se viram enredados às transformações econômico-sociais.

É nesse contexto que essa pesquisa se propõe a estudar a Umbanda enquanto a religião que se forma diante do processo de transformação social e econômica que ocorria entre o fim do século XIX e meados do século XX no Brasil. Ademais, dispõe-se a analisar o papel que esta fé se presta a desempenhar junto ao trabalhador urbano, no Brasil. É importante entender que a Umbanda não é um simples sincretismo, mas resultado de uma sucessão de acontecimentos tanto no campo religioso como no campo social e econômico.

É indispensável assimilar a evolução histórico-econômica brasileira a partir da economia da cafeicultura. Segundo Furtado (2007), o café detinha vantagem relativa devido à abundância de terras e à elasticidade da oferta de mão de obra, assim, a oferta desse produto estava relacionada a esses fatores e não ao crescimento da procura pelo item. Isso produziu uma sequência de supersafras entre 1920 e 1930 que provocou a queda de 2/3 do preço internacional do café. A crise de 1929 deixou expostas as deficiências do modelo de desenvolvimento agroexportador, o qual seria substituído pelo modelo industrial via substituições de importações. O novo modelo de desenvolvimento se mostrou concentrador e aprofundou as diferenças entre classes sociais, fazendo surgir a classe média, ao mesmo tempo, esse modelo, por meio do fortalecimento da produção industrial e agrícola, formou também uma massa de consumidores. Ademais, com a ampliação da indústria local e o crescimento do mercado de consumo nacional, permitiu que, em 1941, a economia brasileira funcionasse a plena capacidade produtiva, submetida à sobre esforço em virtude da produção exigida pela Segunda Guerra mundial.

Por outro lado, as condições de vida do trabalhador urbano eram as mais precárias possíveis, já que destituídos dos seus meios de trabalho, sobrava aos trabalhadores a venda de sua mão de obra. A imigração para o Brasil somada ao êxodo rural gerou uma ampla quantidade de trabalhadores disponíveis em busca de serviço, isso possibilitou aos empregadores pagarem os salários mais baixos possíveis e exigirem jornadas de trabalho que ultrapassavam 14 horas. Como os salários eram míseros, toda a família, inclusive mulheres e crianças trabalhavam a fim de atender suas necessidades básicas de sobrevivência.

Em 1903, segundo jornal da época, o operário de fábrica de tecidos ganhava em média 78\$000 e pagava de aluguel de casa, para família de quatro pessoas, pertencente à fábrica 60\$000, sendo necessário que a mulher e os dois filhos menores também trabalhassem na empresa para manter família. (LOBO et al, 1971: 256).

Esses trabalhadores se alocaram em residências pequenas, de baixíssima infraestrutura, nas periferias e morros, assim, perderam sua capacidade de produzir gêneros agrícolas e animais para consumo próprio. A alimentação deficiente e insuficiente, acrescida da extensiva jornada de trabalho e da baixa infraestrutura de moradia ocasionavam doenças como tuberculose e outras doenças infectocontagiosas que se propagavam em velocidade espantável. Todo esse quadro promoveu a organização do Movimento Operário Brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

No domínio religioso, é necessário entender que até o nascimento da Umbanda havia três grandes correntes religiosas praticadas no Brasil, são elas o catolicismo, o espiritismo e as afro-religiões. Em 1908, Zélio de Moraes fundava o primeiro centro de Umbanda, no período de 1930 a 1937 fundou mais sete tendas. Esta fé se desenvolve nos Estados mais industrializados no início da transformação da estrutura produtiva que ocorria em função da crise de 1929. Na avaliação de Ortiz (2011), até 1930 a sociedade se baseava na produção agrícola, a partir da degradação desse sistema, surge um movimento de urbanização e de industrialização, aparecendo a diferenciação de classes. Essa degradação ocorria enquanto a Umbanda estava em estágio larvar como religião, dessa forma, Ortiz (2011) interpreta os anos 1930 como um momento de ruptura com o passado que permitia a reinterpretação das religiões pré-existentes no Brasil. A partir da década de 1940, essa modalidade religiosa passará pelo processo de sistematização e institucionalização, a unificação e codificação da fé se tornavam objetivos a serem conquistados. Posto que a doutrina não se apresentava cristalizada, o processo de racionalização se desenvolvia seguindo a dinâmica social e as diferenças de classes.

O objetivo desse trabalho é avaliar o surgimento da Umbanda a partir de um momento específico de expansão das desigualdades econômicas e sociais do País, em função da industrialização e urbanização. Partindo da hipótese de que o processo de formação econômica e social do Brasil explica o nascimento da Umbanda e sua busca de legitimação entre o fim do século XIX até meados do século XX como uma religião que vem para amparar o trabalhador urbano a enfrentar as dificuldades da exploração capitalista. Ademais este estudo concentra seu debate na região sudeste do país, onde à

época se concentrava a maior população urbana. Além disso, o trabalho perpassa por debates sociológicos.

É diante dessa perspectiva que essa monografia busca responder à pergunta: Como o quadro econômico e social interferiu no processo de criação da Umbanda e sua legitimação como religião brasileira entre o fim do século XIX e meados do século XX? A Hipótese abordada neste trabalho é de que o processo de formação econômica e social do Brasil explica o nascimento da Umbanda e sua legitimação como uma religião que vem para ajudar o trabalhador urbano a enfrentar as dificuldades da exploração capitalista assim como se formou de modo a não gerar conflitos com o modus operante do sistema capitalista.

A metodologia adotada baseia-se na utilização de argumentos de natureza teórica, produzidos a partir de levantamento bibliográfico referente à Umbanda, afro-religiões e a história econômica e social do Brasil. Assim como da análise de dados produzidos pelos censos do IBGE, IPEADATA e outros. Portanto, uma pesquisa bibliográfica.

Esta monografia foi dividida em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro deles introduz o debate acerca das transformações econômicas que ocorreram no período em que surgia a Umbanda no Brasil, com especial atenção ao processo de industrialização. O segundo apresenta uma investigação sobre as condições de vida e os bens públicos disponíveis ao trabalhador, como previdência, transporte, saúde e outros, além disso, aborda os movimentos sociais urbanos que ocorriam no período. Por fim, o terceiro capítulo consiste nos resultados da análise das condições econômicas e sociais que deram origem à Umbanda.

1 A INDUSTRIALIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE O FIM DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX.

Para iniciarmos nosso debate, é primordial entender o processo de formação do capital industrial brasileiro que ocorreu entre o fim do século XIX e o início do século XX, assim como as características principais da economia da época e as transformações que se sucederam nos centros urbanos: locais em que surgiram os primeiros centros umbandistas.

Em 1844, a indústria brasileira partia do zero, sem qualquer tradição manufatureira, condição material ou elemento humano aproveitável. O estabelecimento de uma indústria moderna era dificultado pela deficiência de fontes energéticas, pela ausência da siderurgia e principalmente pela deficiência de mercado consumidor. O nível demográfico e econômico; somados ao baixo padrão de vida da população prejudicavam a instalação de indústrias de produção de larga escala. As dispersões regionais e a ausência de transportes agravavam a situação, o que estabelecia desfavorável conjuntura à indústria brasileira.

Contudo, conforme Prado Júnior (2008), as exportações não acompanhavam o crescimento populacional e o de suas necessidades, com déficits constantes no comércio exterior. O desequilíbrio geral das contas externas estava formado em virtude do permanente declínio do câmbio, e este, causava a elevação dos preços das mercadorias importadas, este cenário incitaria a produção nacional. A partir de 1844, as tarifas alfandegárias passavam a se elevar sucessivamente com a intenção de proteger a indústria, mas primordialmente pelas necessidades financeiras do Tesouro Nacional. Dessa forma, a maquinofatura brasileira se iniciará a partir da indústria têxtil, que será favorecida pela produção local de algodão, e representará uma parte substancial no setor industrial.

Finalmente, a última circunstância favorável ao estabelecimento de indústria será a disponibilidade de mão de obra e seu preço baixo. Numa economia agrária e escravocrata como a nossa, e onde a grande lavoura teve um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa dos homens livres à margem. É o que se verifica efetivamente, e sintoma disso será a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal da colônia. Aí a

indústria nascente encontrará amplo abastecimento de mão de obra; deficiente, é verdade, e muitas vezes precária e incerta. Mas compensando com seu ínfimo preço. (PRADO JÚNIOR, 2008: 259)

A partir da segunda metade do século XIX ocorreu um desenvolvimento de sucinta indústria, principalmente no setor têxtil, no entanto, estará limitada a pequenos mercados. É a partir do último decênio do Império que a indústria começará a se consolidar. De acordo com Prado Júnior (2008), os estabelecimentos industriais aumentaram de pouco mais 200 em 1881 para mais de seiscentos no último ano da monarquia. O capital invertido subia em 400 mil contos, que consistia em 60% na indústria têxtil, 15% na alimentícia, 10% em produtos químicos e análogos, 4% na indústria madeireira, 3,5% na de vestuário e de objetos de tocador, e 3% na metalúrgica.

Ao mesmo tempo, a conjuntura favorável pela qual a produção cafeeira passava no período proporcionou larga disponibilidade de mão de obra livre. Por um lado, devido à imigração, por outro, em virtude do movimento que ocorreria em favor do abolicionismo, que se amparava na pressão internacional, proveniente principalmente, de interesses ingleses; assim como determinadas classes urbanas, e também setores que econômicos que seriam favorecidos com a disponibilização de mão de obra e a ampliação do mercado de consumo. Dessa forma, a economia cafeeira criou as condições necessárias para o nascimento da indústria, pois gerou massa de capital monetário apto a se tornar capital produtivo industrial; a transmutação da força de trabalho em mercadoria e, por fim, estimulou a constituição de um mercado interno.

O trabalho assalariado se tornara dominante e o Abolicionismo, a princípio um movimento social amparado apenas nas camadas médias urbanas e que fora ganhando para si a adesão das classes proprietárias dos estados não-cafeeiros, na medida em que o café passara a drenar para si escravos de outras regiões, recebera, agora, o respaldo do núcleo dominante da economia cafeeira. O abolicionismo e o Imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa. Em 1888, extinguiu-se a escravidão. (CARDOSO DE MELLO, 2009: 71).

Em 13 de maio de 1888, ocorria a abolição da escravidão, a partir da assinatura da Lei Áurea, e em curto prazo de tempo ocorria a Proclamação da República, em 1889. A República rompia com os quadros conservadores que o Império mantivera, o tom social se adequa a fase de prosperidade material. Esse novo espírito dominante que havia destrachado resistências e escrúpulos, excitaria ativamente a vida econômica do

país, promovendo iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. A ambição do lucro e enriquecimento tornava-se um alto valor social, enquanto a moral e a convenção que se antepunham ao espírito especulativo caíam por terra (PRADO JÚNIOR, 2008).

Tal progresso industrial continuará na República, dando início a uma série de novas iniciativas. O cenário próspero da indústria será reforçado pela severa baixa do câmbio. O rompimento com o conservadorismo imperial incitará o amparo à produção nacional, e por sua vez, com o objetivo de proteger a indústria, as tarifas alfandegárias passarão por sucessivas elevações.

Na última década do século XIX, ocorre uma conjuntura muito propícia à expansão da produção cafeeira. A produção asiática havia sido prejudicada por enfermidades, que basicamente destruíram seus cafezais. O efeito fomentador da grande inflação de crédito possibilitou o crédito vital para o financiamento às aberturas de novas terras e aumentou o preço do produto em moeda nacional a partir da depreciação cambial. Por fim, a descentralização da república permitiu que o governo de São Paulo abordasse mais amplamente o problema da imigração. Nesse cenário, a produção nacional havia aumentado de 5,5 milhões de sacas em 1880-81 para 16,3 milhões em 1901-02 (FURTADO, 2007).

Assim o capital industrial, de acordo com Cardoso de Mello (2009), formou-se a partir da acumulação de capitais no setor cafeeiro, primeiramente ao empregar capital tanto na produção e beneficiamento do café quanto nas atividades comerciais, bem como em serviços financeiros e de transporte que se encontravam no segmento urbano. A indústria de bens de consumo só passaria a atrair recursos do complexo cafeeiro quando a rentabilidade deste alcançasse níveis excepcionais. Era necessário, por tanto, que a taxa de acumulação financeira superasse a taxa de acumulação produtiva, para que assim os projetos industriais assegurassem proporções de rentabilidade positiva e atraíssem o interesse do setor cafeeiro em investir na indústria, o que ocorre entre 1890 e 1894.

Segundo Prado Júnior (2008), 425 fábricas serão fundadas entre 1890 e 1895, a inversão teria sido de mais de 200 contos, o que corresponde a 50% do somatório invertido no início do período. A revalorização da moeda a partir de 1898 conduziria novos obstáculos às indústrias. No entanto, a política de saneamento financeiro contrabalanceará e funcionaria como um apoio à barreira tarifária em decorrência de qualquer nova depreciação cambial.

Por outro lado, no setor cafeeiro, segundo Furtado (2007), dado a abundância de terras e a elasticidade da oferta de mão de obra (resultante da imigração), os preços do café tenderiam no longo prazo a baixar. Como o café era o produto que detinha a maior vantagem relativa, seus produtores continuariam aumentando sua produção até que tal vantagem desaparecesse. Dessa forma, o crescimento da oferta de café estava relacionado à vantagem relativa que o produto possuía e à oferta de terra e mão de obra, não em função do crescimento da procura.

Nesse período, o Brasil tornava-se um dos maiores produtores de matérias-primas e gêneros tropicais, somavam-se ao café na lista de notáveis produtos exportáveis a borracha, o cacau, o mate e o fumo. Com a dedicação em produção crescente a tais produtos, não havia margem para outras ocupações. Dessa forma, a produção de gêneros de consumo interno se tornava insuficiente para atender as necessidades nacionais, tornando indispensável a importação de artigos alimentícios, os gêneros alimentícios correspondiam à cerca de trinta por cento ou mais dos produtos importados, cenário paradoxal e inteiramente anômalo para um país como o Brasil, que na época era exclusivamente agrário. (PRADO JÚNIOR, 2008).

A economia cafeeira conhece, entre 1886 e 1898, um vigoroso crescimento: a produção média sobe de 5,2 milhões de sacas entre 1886/87 e 1890/91, para 6,5 milhões e 1895/96, atingindo 11,4 milhões entre 1896/87 e 1902/03, período em que os cafeeiros plantados entre 1891 e 1897 se tornam plenamente produtivos. (CARDOSO DE MELLO, 2009: 100).

O Brasil produzia três quartos de toda a oferta mundial de café, isso viabilizou a manipulação da oferta de café, os empresários passaram a contrair artificialmente a oferta. Duas crises ocorreram, sendo a primeira em 1893 e a segunda em 1897, nesta já não havia mais a possibilidade de depreciar a moeda nacional a fim de preservar a rentabilidade do setor cafeeiro. O problema da superprodução estava configurado, os estoques se avolumavam e pesavam para os produtores e para o país (FURTADO, 2007).

A acalorada polêmica que suscitou a política de “valorização” constituiu uma clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país. A descentralização republicana havia reforçado o poder dos plantadores de café em nível regional. Vimos que já que essa descentralização – que chegou a extremos no caso da aplicação da reforma bancária – não é estranha à excessiva expansão das plantações de café que ocorre entre 1891 e

1897. Durante esse mesmo período, sem embargo, os grupos que exerciam pressão sobre o governo central tornaram-se mais numerosos e complexos. Assinalamos a importância crescente da classe média urbana, na qual se destacava a burocracia civil e militar, diretamente afetada pela depreciação cambial. O importante grupo financeiro internacional reunido em torno da casa Rothschild segue de perto a política econômico-financeira do governo brasileiro, particularmente depois do empréstimo de consolidação de 1898. Por último, os comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõem aos dos cafeicultores, encontram no regime republicano oportunidade para aumentar o seu poder político. (FURTADO, 2007, 254-55)

Em 1906, foi celebrado o convenio que definiu as bases da política de “valorização” do produto. Nessa política o governo compraria os excedentes do produto a fim de equilibrar o mercado e essa compra seria financiada com empréstimos estrangeiros, para custear tais empréstimos um novo imposto foi cobrado em ouro sobre a saca de café, além disso, os governos deveriam desencorajar a expansão das plantações (FURTADO, 2007).

A política de valorização apoiada no acordo de Taubaté tinha como objetivos a serem perseguidos: a preservação dos preços da saca do café entre 55 e 65 francos; a imposição de imposto sobre o cultivo de novos pés de café; a exportação de cafés inferiores; criação da caixa de conversão a fim de estabilizar o câmbio inibindo sua valorização e, para amparar a intervenção no mercado, a negociação de empréstimo estrangeiro de 15 milhões de libras.

Contudo, os banqueiros europeus e norte-americanos receosos com a possibilidade de fracasso do Programa de Valorização, se recusaram a liberar o financiamento. Com isso, o Estado de São Paulo recorreu ao financiamento de comerciantes europeus para empreender o Programa de Valorização. Enquanto o Governo Federal aprovou o acordo de Taubaté e concordou com o estabelecimento da taxa de conversão, que ao conservar a taxa de câmbio acima da do mercado, atraía moeda estrangeira.

A política de valorização do café se mostrou exitosa, no entanto, deixara sem solução a problemática em questão, a compra das sacas de café não permitiu que seus preços baixassem, sendo assim, os produtores continuaram a manter seus lucros. A redução artificial da oferta, acabou por gerar uma elevação desta, haja vista que enquanto os lucros fossem positivos haveria inversões de capital neste negócio. Por outro lado, a

manutenção da valorização do café foi muito propícia ao setor industrial ao preservar a taxa de acumulação dos meios de produção.

É indiscutível que o gasto público esteve na raiz da recuperação da economia que se inicia em 1903, contribuindo marcadamente para a expansão que teria começado por volta de 1906 e se acelerado, de modo significativo, em 1908/09 (não é possível precisar mais à luz das informações disponíveis). É inegável, também, que a sustentação do complexo exportador cafeeiro, ao manter seu nível de operação e ao preservar relativamente sua capacidade de acumulação, não deixou que se afetasse sua demanda corrente por *wage goods*, permitindo, ademais, a diversificação da agricultura e, quem saber, a canalização para o setor industrial de algum capital monetário excedente. Com tudo isso, e, também porque contasse com outros fatores bastantes favoráveis aos quais nos referiremos mais adiante, o setor industrial, cresceu a taxas elevadas, especialmente após 1905, aumentando seu ritmo de expansão em 1907. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 112-13).

Portanto, o setor industrial teve sua recuperação assentada na expansão do gasto público, entre 1903 e 1905, e ocorreu grande expansão industrial no período de 1905 a 1912, primordialmente entre 1909 e 1912.

Dada a elevação da taxa de acumulação entre 1908/9 e 1912 manifestaram-se pressões inflacionárias, que foram aceitas pela política monetária da época, à medida que as transações na caixa de conversão elevavam o meio de pagamento na emissão de notas para compra de divisas. Como havia bom desempenho das exportações de substancial entrada de capitais externos, a taxa de câmbio pode se manter. No entanto, com a ameaça de guerra, que provocou uma corrida às importações e, também, uma depreciação do café a nível internacional, o que acarretou em déficit comercial que se somou à fuga de capitais para o exterior, no ano de 1913 a expansão se estagnou. Dessa forma, a situação cambial teve um colapso. O Governo Federal, não foi capaz de arcar com seus compromissos externos e foi contratado um novo *funding*. (CARDOSO DE MELLO, 2009).

O *funding loan* consistia em uma moratória concedida pelos credores internacionais, que em contrapartida, recebiam títulos da dívida brasileira lastreados nos excedentes da comercialização de café. Para tanto, o governo brasileiro precisava rever a emissão monetária, com desvalorização cambial, o que comprometia a política de encilhamento, diminuindo o déficit público. Com tais medidas, os obstáculos cambiais foram apaziguados. Contudo, dada a queda dos preços internacionais do café e a corrida por remessas de capital, a taxa de câmbio se desvalorizou de 1913 a 1916 cerca de 30%. O que permitiu relativa defesa dos preços internos do café. No entanto, as perspectivas

do café em 1917 não eram as melhores, com altos níveis de estoque e estimativas que indicavam volumosa safra para 1917/1918.

Dessa forma, o Estado de São Paulo, principal produtor, recorreu à União para novo empréstimo que seria usado para a Segunda Valorização, que retirou 3.100.000 sacas do mercado. A Valorização de 1917 foi capaz de realizar a manutenção dos preços internos e impedir profunda crise no setor cafeeiro, principalmente porque em 1917 a taxa de câmbio se valorizou. Em 1918, os preços internacionais do café se elevaram, não em virtude da Valorização, mas devido à geada que danificou os cafezais, e, portanto, produziu sensível quebra na safra. Como a taxa de câmbio se manteve, os preços internos subiram em torno de 15%.

A situação de aguda falta de liquidez, grande responsável pela crise de 1913/1914, foi inteiramente sanada. Com a queda das importações, a receita pública federal ficou bastante afetada, ainda que tenha se elevado a carga tributária incidente sobre o consumo. Ocorre, porém, que a despesa pública não sofreu cortes drásticos, provavelmente porque o programa de investimentos públicos em curso não pudesse ser paralisado. Consequentemente, surgiram *déficits* orçamentários de monta, que se financiaram com emissões. Além do mais, devemos tomar em conta as emissões autorizadas pelo Governo para amparar o “Programa de Assistência à Produção Nacional” conduzido pelo Banco do Brasil, também autorizado a proceder operações de redesconto. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 114-115).

Verificavam-se condições favoráveis à acumulação de capital, havia, ainda, farta disponibilidade de terras férteis e de força de trabalho. A economia cafeeira pôde contar com o incremento vegetativo nos Estados cafeeiros, que, foram beneficiados pelas migrações internas, que parecem ter sido acelerados no período, e pela imigração estrangeira, que a partir de 1920 inicia sua recuperação da queda ocorrida no decurso da Primeira Guerra Mundial. Os complexos industriais e de agricultura mercantil de alimentos e de matéria prima pouco cresceram, e foram, portanto, incapazes de concorrer pelo incremento de força de trabalho com o setor cafeeiro. No entanto,

(...) O poder de compra das exportações cai acentuadamente em 1920 e 1921, subindo em 1922 e 1923, porém não a ponto de mitigar a crise cambial, determinada pela forte procura de divisas para remessas particulares ao exterior e pagamento de dívida externa. A acumulação cafeeira, portanto, não poderia deixar de se apoiar para a reprodução da força de trabalho tanto na indústria, quanto na agricultura mercantil de alimentos, que crescem bastante no período. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 126-127).

As condições de acumulação do setor cafeeiro foram altamente incitantes na década de 1920. Por um lado, cresciam os mercados centrais em decorrência da prosperidade das nações industriais, por outro, recorreu-se à “Valorização” do café durante todo o período. A Defesa Permanente, a cargo do Governo Federal, construiu em 1924 armazéns reguladores, no intuito de impedir a pressão dos preços para baixo com a chegada em massa de cafés no mercado. No mesmo ano, foi criado o Instituto de Café de São Paulo, que transferia a Defesa Permanente para o Estado de São Paulo.

A ação do Instituto, para as safras de 1925/26 e 1926/1927, limitou-se à subdivisão das safras em quotas mensais, mediante os reguladores, financiando-se a retenção de estoques através do Bando do Estado de São Paulo. Quando se prenuncia para 1927/28 uma safra recorde, que, certamente romperia o relativo “equilíbrio” do mercado cafeeiro, o Instituto resolve empreender o que ficou conhecido como “Valorização de Rolim Teles”: escorado num empréstimo externo, contraído em 1926 com *Lazard Brothers*, concede um adiantamento de 60 mil-réis por saca aos agricultores, quase metade dos custos de produção da “zona nova” e cerca de um terço da “zona velha”; com isto, os preços internacionais mantiveram-se em 1928 e em 1929, para o que contribuiu a relativamente reduzida safra de 1928/29. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 129).

O desenvolvimento industrial na década de 1920 foi contemplado por intensa modernização da indústria de bens de consumo assalariado.

É interessante começar recordando que, durante a Primeira Guerra Mundial, apesar da taxa de lucro efetiva ter se elevado, o setor industrial foi duramente atingido pelas dificuldades físicas de suprimento de bens de produção e pela falta de capacidade para importar. Quer dizer: de um lado, reforçou-se em muito a capacidade financeira das empresas, e, de outro, “acumulou-se” demanda de reposição, tanto mais se tenha em conta que, nos anos de Conflito, os equipamentos foram sobre utilizados. Era natural, portanto, que escoradas nos lucros dos anos anteriores, as empresas tratassem de exercer a “demanda reprimida”, numa situação de desafogo cambial e de barateamento dos equipamentos, provocado pela valorização da taxa cambial. Além disso, as expectativas de lucro, numa situação de salários reais constantes (admitamos), e diante da possível introdução de novos equipamentos mais eficientes, devem ter estimulado, em muito, a taxa desejada de acumulação. Ocorre, porém, que a demanda por bens de consumo assalariado não há de ter crescido, entre 1919 e 1921, às mesmas taxas que a capacidade produtiva, porque tanto a economia cafeeira atravessou em 1921 uma situação bastante difícil, quanto o gasto público se manteve praticamente constante entre 1920 e 1921. Nestas condições, em

1921, a concorrência intercapitalista se aguda as empresas mais débeis são eliminadas, a produção cai e os preços diminuem. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 130/131).

De acordo com Furtado (2007), em uma economia com trabalho assalariado, os gastos com consumo constituem a renda de pequenos produtores e comerciantes, estes tendem também a aplicar boa parte da renda recebida em consumo próprio. Dessa forma, os gastos com bens de consumo terão de superar o valor monetário proporcionado pela atividade exportadora. Quando há elevação do impulso externo, os salários se elevam, conseqüentemente, a demanda por bens de consumo aumenta. Essa problemática pode, mesmo que parcialmente, ser resolvida de forma muito simples desde que haja mão de obra e terras disponíveis. Ou seja, o impulso externo proporciona, em um país como o Brasil da época, elevação da utilização de bens de produção. Importante ressaltar que, nesse caso, o aumento da produtividade se dará no núcleo de uma economia de mercado interno e não na economia exportadora.

Entre 1922 e 1923 a produção volta a crescer, enxuga-se a capacidade ociosa e amplia-se a capacidade produtiva, assentada nas margens de lucro das indústrias sobreviventes. O crescimento industrial estava embasado pela expansão cafeeira e pelo gasto público, reforçado pelas desvalorizações cambiais, que constituía favorável proteção à concorrência externa.

O crescimento da capacidade para importar e a valorização da taxa de câmbio, entre 1924 e 1926, intensificaram a concorrência num momento em que os efeitos protecionistas da tarifa se esvaíam, corroídos pelo não ajustamento dos preços-base oficiais aos preços de mercado. Ao mesmo tempo, porém, a importação se torna mais fácil, e o custo dos bens de capital importados diminui. O movimento de modernização (por exemplo: o número de teares sobe cerca de 16%) culmina em 1926 com uma crise industrial. Em 1927 e 1928, com o aumento do grau de proteção, devido à desvalorização cambial promovida pela Caixa de Estabilização, arrefece a concorrência externa, a modernização é mais lenta e, valendo-se da expansão cafeeira, a produção pode crescer. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 131).

O desenvolvimento industrial passou, na década de 20, por uma diferenciação da estrutura industrial. Ocorreu expansão da pequena indústria de aço e a implantação da

Companhia Brasileira de Cimento Portland, criada em 1924, com capital canadense e americano, e que teve ampliação da capacidade produtiva em 1926 e 1927.

A modernização da indústria de bens de consumo assalariado e a diferenciação da estrutura industrial, ocorridos nos anos 20, teriam, posteriormente, grande importância no período de recuperação da economia brasileira dos efeitos da crise de 1929.

Nos anos 20 a economia dos Estados Unidos cresceu aceleradamente, no entanto, as outras economias capitalistas não acompanharam. A economia estadunidense já vinha crescendo antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, com ela, a posição de potência economia internacional dos Estados Unidos, se acentuou. À época, o país já era o maior exportador de mercadorias e o segundo maior comprador.

Em virtude desse crescimento, a década de 1920 foi de grande euforia econômica. No entanto, crescimento da economia dos EUA, era fundamentalmente industrial. Os salários reais não acompanhavam o crescimento econômico. Como o poder de compra dos trabalhadores americanos não aumentava e a demanda mundial por produtos havia caído, pois os países europeus ainda se recuperavam da primeira guerra mundial. Esses produtos não eram completamente escoados.

O *crash* da bolsa ocorre quando alguns investidores, ao observar que há produção sem demanda, passam a vender suas ações na alta, e essas ações despencam as empresas sem a renda das ações pararam de produzir, pessoas ficaram desempregadas, logo, pararam de consumir.

Por outro lado, em virtude da Primeira Guerra Mundial fora criado o Tratado de Versalhes, que na prática, impunha uma paz punitiva à Alemanha que fora considerada a única responsável pela guerra e pelas suas consequências; A Alemanha fora cobrada em espécie pelos custos da guerra, e por isso, pediu empréstimos a maior economia da época, tornando a economia europeia dependente dos fluxos de capitais provenientes dos EUA.

A crise enfrentada pelo complexo exportador cafeeiro não resulta puramente do reflexo da Grande Depressão sofrida pelas economias líderes, mas também do processo de acumulação do capital cafeeiro que ao manter a taxa de lucro do setor em níveis elevadíssimos produziu safras gigantescas, elevou os preços internacionais e, conseqüentemente, engendrou a expansão da capacidade externa, incitando a concorrência e enfraquecendo a própria posição quase hegemônica que detinha.

Apesar da crise de 29, o crescimento econômico continuou, só que em proporções menores. O processo de globalização pareceu retroceder. Com isso o liberalismo econômico que prega mercado aberto é posto em xeque. Os Estados Nacionais adotaram posturas protecionistas, como barreiras de entrada a produtos no mercado interno.

A partir de outubro de 1929, começa a ruir o sistema de defesa posto em prática pelo Instituto Paulista do Café. E se esboroa não somente porque a demanda estivesse desfalecida, mas, também por que o Governo Federal decidira abandonar o café à sua própria sorte. Washington Luiz, preocupado em salvar a Caixa de Estabilização, passara de ardoroso defensor da ação do Instituto a intransigente crédulo dos mecanismos de mercado. (CARDOSO DE MELLO, 2009, 135).

Nas primeiras décadas da primeira república o poder político esteve concentrado nas mãos da oligarquia cafeeira, paulista. No entanto, surgiram novos grupos sociais, como a classe média urbana, os grupos de militares e o dos industriais. Inicialmente os interesses dos cafeicultores na maioria das vezes convergiam com o dos industriais.

O ajustamento entre a demanda externa e a oferta seria produzido através do ajustamento do “estoque de capital”, isto é, via destruição da capacidade produtiva que se revelasse excedente. A queda dos preços externos acabaria se transferindo aos preços internos, perdendo a desvalorização cambial qualquer efetividade como mecanismo de defesa (CARDOSO DE MELLO, 2009, 135).

A queda da liquidez internacional provocou uma queda na demanda externa pelo café, os preços e a venda do produto caíram o que atingiu fortemente o PIB do país que estava alicerçado sob a exportação do café. Por força da crise diminuíram ou quase secaram as fontes de recursos externos para financiamento das políticas internas brasileiras.

A depreciação da moeda, ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, induzia este a manter a pressão sobre o mercado. Essa situação acarretava mova baixa de preços e nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar a crise. Como a depreciação da moeda era menor que a baixa de preços, pois também estava influenciada por outros fatores, era claro que se chegaria a um ponto em que o prejuízo acarretado aos produtores de café seria suficientemente grande para que estes abandonassem as plantações. Somente então se restabeleceria o equilíbrio entre a oferta e a procura do produto. (FURTADO, 2007, 265-66)

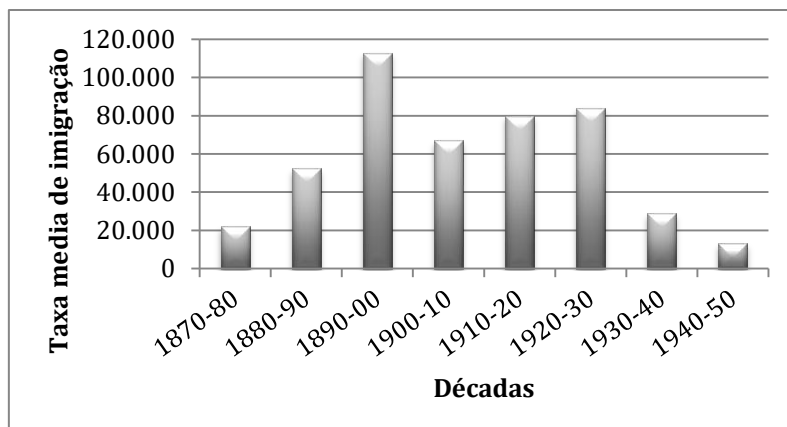
A crise do setor cafeeiro se propagaria a toda economia. Em primeiro momento, o seguimento urbano do complexo cafeeiro seria atingido pelo declínio de consumo de serviços comercial-financeiros e de transporte, e, também, pela inadimplência das empresas cafeeiras. A indústria de *wage goods* e a agricultura de alimentos e matéria-prima seriam, em segundo momento, atingidas pela queda na demanda, o que provocaria resultados perversos sobre a indústria de bens de consumo assalariado e sobre a agricultura de mercado interno. Por fim, às Finanças Públicas caberia um papel passivo, de corte de despesas, dado que essa se encontrava afetada pela queda de importações e de nível de atividade interna. Cardoso de Mello (2009) explica o impacto negativo sobre as empresas e, por conseguinte, na capacidade produtiva do país, visto que os níveis de endividamento não mais seriam passíveis de ser sustentadas ou toleradas. O ajustamento da agricultura, portanto, representava ao reduzir a capacidade produtiva instalada, redução elevada dos empregos e queda do salário monetário.

A depressão gerou consequências severas à economia brasileira, no entanto, não fora nefasta. E a recuperação pode ser considerada rápida, principalmente, quando comparada a de outros países. Isso se deve ao papel desempenhado pelo Estado que garantiu a remuneração do café a preços internos.

No entanto, a repercussão da crise de 1929 demonstrou grandes deficiências do modelo primário-exportador. A tal crise, explicitou a grande dependência do país em relação ao comércio internacional para com a estabilidade econômica exterior. E isso levou à conclusão sobre a necessidade do Brasil alterar seu modelo econômico.

Entre 1870 a 1930 o Brasil passou por um grande processo imigratório, tendo recebido, no final do século XIX, em média mais de 100.000 imigrantes ao ano que, do crescimento populacional, representava cerca de 30%. Todavia, a partir dos anos 30, essa taxa média anual de imigração sofrerá declínio e o país passa a depender do crescimento vegetativo da população, que não era elevado, posto que a taxa de natalidade percebida se mostrava alta, bem como a taxa de mortalidade.

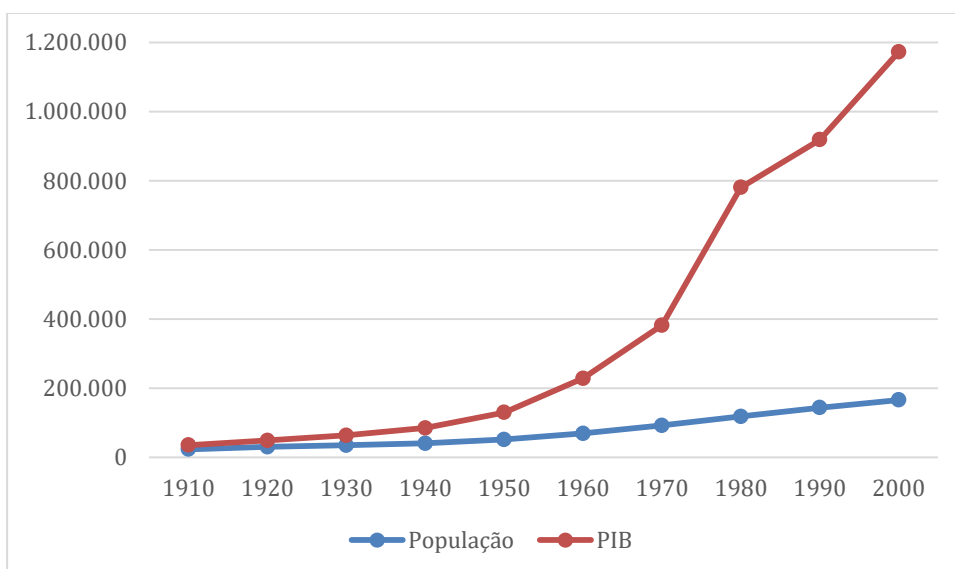
Gráfico 1 – Brasil: média de imigração por decênio (1870-1950)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2000)².

Ao longo do século XX, o processo de urbanização e da industrialização da economia foi intenso, ao utilizar-se de parte da mão-de-obra disponível, provinda das migrações do setor agrário. Culminando em taxas de crescimento acima das taxas de PIB entre 1910 a 1960, excetuando a década de 1930.

Gráfico 2 – Crescimento da População e do Produto Interno Bruto no século XX em milhões. (Índice 1900 = 100)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE³

² Gráfico realizado a partir de uma análise estatística com base na pesquisa: Brasil: 500 anos de povoamento do IBGE.

³ IBGE: Estatísticas do Século XX: Brasil: População, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto ‘per capita’ e deflator implícito do Produto Interno Bruto. Rio de Janeiro: IGBE, 2006.

A economia brasileira caminhou de uma economia agrária exportadora para uma economia com base industrial. Parte dessa industrialização dependia das exportações, pois era essa que supria as necessidades das indústrias e as protegiam dos concorrentes externos. Além disso, a indústria nacional não surge para exportar, mas através da reserva de capital que a economia cafeeira criou e para suprir as necessidades de produtos manufaturados no país.

O desempenho econômico até 1930 dependia basicamente do preço internacional do café, que dependia de fatores externos. Embora o Brasil fosse o maior produtor, ainda existiam concorrentes, além disso, parte significativa do mercado era controlada pelas companhias atacadistas que especulavam com os estoques. Não obstante, a própria demanda pelo consumo dependia do mercado mundial e suas oscilações, à exemplo, em casos de crises ou guerras internacionais, a demanda diminuía. O que explica parcialmente a elevada vulnerabilidade do modelo agroexportador.

Numa economia agroexportadora, a irradiação do setor exportador sobre os demais setores da economia depende da natureza do processo produtivo e do menor ou maior efeito multiplicador desse setor sobre os demais. Esses outros setores, porém, durante o período agroexportador possuem um baixo nível de produtividade quando comparados com o setor exportador e dificilmente geram um dinamismo próprio. O setor exportador, por sua vez, é o setor dinâmico e possui uma rentabilidade bastante elevada, fazendo com que exista uma elevada concentração de recursos naturais e de capital no setor, o que é a base da explicação para a elevada desigualdade na distribuição de renda desse modelo de desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, os problemas históricos de distribuição de renda e propriedade ainda podem ser associados à estrutura fundiária concentrada desde o início da colonização e às condições do mercado de trabalho: escravidão durante quase 300 anos e, depois de sua abolição, dificuldade de incorporação dessa mão-de-obra ao mercado em função de preconceitos e do excesso de oferta de mercado de trabalho. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2002:341-42)

A economia agroexportadora tem como um dos seus maiores problemas a oscilação dos preços do produto exportado. Além disso, em momentos de ascensão do

preço parte do lucro é reinvestido no setor, o que, conseqüentemente, eleva o nível de emprego.

É interessante notar que esse reinvestimento significa primordialmente aumento do número de trabalhadores, mas não um aumento da remuneração dos trabalhadores empregados no setor cafeeiro. Isso porque existe um contingente muito grande de trabalhadores fora do setor cafeeiro – uma grande oferta –, que fornece mão-de-obra ao setor quando ele necessita e impede que a remuneração dos trabalhadores aumente. Esse grande contingente de trabalhadores existirem depois que o fluxo imigratório foi instituído no Brasil, nas últimas décadas do século XIX. Principalmente os italianos que vieram para o Brasil contribuíram para resolver o problema da mão-de-obra, que ocorreu em razão do fim do tráfico de escravos e da diminuição da oferta de mão-de-obra. Assim, depois que abolida a escravidão no Brasil (em 1888), juntando-se os imigrantes, os ex-escravos e um grande contingente que vivia espalhado pelo território, formava-se esse grande número populacional que buscava emprego no Brasil e era incorporado ao setor cafeeiro quando este crescia, sem, no entanto, pressionar a remuneração do trabalho. (G GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2002: 349-350)

Em momentos nos quais ocorriam baixas no preço do café, e os lucros se esvaneciam, os investimentos na produção cafeeira não eram tão exorbitantes. Os salários dos trabalhadores não costumavam cair, mas havia diminuição no nível de emprego. As políticas de proteção, por parte do Estado, à economia brasileira baseavam-se em dois mecanismos, tratavam-se da desvalorização cambial e da valorização do café.

A desvalorização cambial mantinha, em moeda nacional, o nível de lucro do setor cafeeiro, mantendo dessa forma, o nível de emprego. No entanto, ela mascarava os sinais, em relação à demanda, dados pelo mercado internacional. Mantendo o alto nível de produção do café, e acirrando a tendência à superprodução. Ademais, ela encarecia os produtos importados, que incorria em uma inflação nacional, e diminuía o poder de compra dos trabalhadores que sofriam com essa socialização das perdas.

A rentabilidade da economia cafeeira, que muitas vezes, mantida em virtude das políticas de valorização do café e de desvalorização do câmbio, acabaram por convergir em uma tendência de superprodução do café. Enquanto o mercado internacional passava por situações problemáticas, o país expandia seu estoque e produção.

Em 1930, a superprodução de café convergiu com uma das maiores crises mundiais da história, o que levou a uma enorme queda no preço do café e obrigou o governo a interferir novamente via desvalorização cambial e valorização do café, isso com o intuito de resguardar o setor cafeeiro e o nível de emprego e renda na economia.

Isso fez com que ficasse clara a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agroexportador e trouxe à tona a necessidade de industrialização, mas passava, a partir daquele momento, a ser prioridade nacional.

A revolução de 1930 rompeu com a República Velha e incorreu no fortalecimento do Estado Nacional e na ascensão de novas classes sociais. Ademais, permitiu colocar a industrialização como meta prioritária o que envolveu grandes esforços em níveis de formação de poupança e sua transferência para indústria. Enquanto até 1930, a indústria nascia da necessidade de atender parcialmente um mercado consumidor que apareceu com o processo de imigração e o “surgimento” do trabalhador assalariado. De certa forma, induzida pela economia cafeeira, conforme Cardoso de Mello (2009), a economia cafeeira criara as condições necessárias para o nascimento da indústria, pois gerou massa de capital monetário apto a se tornar capital produtivo industrial; a transmutação da força de trabalho em mercadoria e, por fim, estimulou a constituição de um mercado interno.

Nesse mesmo período, surge um movimento político-militar, composto por grupos saídos do movimento tenentista, antigas oligarquias brasileiras e jovens lideranças urbanas, que se sentindo desfavorecidos e descontentes com a política econômica que, até então, privilegiava as atividades do café, deram início a uma revolução, posteriormente conhecida como a Revolução de 1930. Assim, liderados por Getúlio Vargas e pautando-se na oposição ao domínio da oligarquia paulista, derrubaram o governo de Washington Luís e impediram a posse de Júlio Prestes, para o qual Vargas tinha perdido as eleições, assumindo o poder e dando início ao governo provisório, que durou até 1937.

Após essa revolução, o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira foi a solução encontrada como resposta à crise. Nesse deslocamento, a demanda externa deixa de ser a determinante da renda nacional, que passa a ser a atividade voltada para o mercado interno, primordialmente o consumo e o investimento doméstico. Ao longo dessa década, o setor industrial expande-se, enquanto o setor agrícola perde espaço na geração de valor adicionado na economia.

A crise econômica mundial, apesar de ter gerado efeitos negativos sobre o Brasil, foi de menor duração e intensidade se comparada a outros países. Esse fato pode ser explicado pela política heterodoxa aplicada pelo governo que tomou medidas de manutenção da renda e de deslocamento da demanda.

A manutenção da renda se deu pela política de defesa do café, na qual, o governo estocou café e posteriormente o queimou. Essa política foi financiada com crédito e emissão de moeda doméstica e permitiu um pagamento mínimo aos produtores de café, isso viabilizou as colheitas, e o mais importante, o nível de emprego e renda, o que permitiu parcialmente a manutenção do efeito multiplicador desempenhado pelo café na economia.

Em consequência, as importações declinam fortemente. A importação média anual do quinquênio 1926-1930 fora de 5.460.000 toneladas, no quinquênio 1931-1935 cai para 3.830.000. O consumo do país sofria assim grande desfalque, o que naturalmente estimulará a produção interna. Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem nesse momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola quanto industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias. (PRADO JUNIOR, 2008:293)

A desvalorização do câmbio elevou os preços dos produtos externos e dada a dificuldade de importação no período tornou os produtos nacionais mais atraentes. A demanda por produtos nacionais se fortaleceu, inclusive de produtos industrializados. Com a proteção contra concorrentes externos, assegurada pela manutenção de demanda a indústria passou a ter uma rentabilidade que atraía capital de outros setores da economia, até porque, no período a rentabilidade do setor cafeeiro estava em declínio. O setor industrial passou a utilizar sua capacidade ociosa, que em muito, tinha sido adquirida na década de 1920 quando a importação de maquinário estava propícia ao setor. Quando tal capacidade ociosa se esgota e a indústria necessita de ampliação, realizam-se novas importações de equipamentos, a pauta de importações passa por uma mudança na qual a participação dos bens de consumo decresce enquanto a de bens de produção se eleva.

A industrialização por substituição de importações caracteriza-se por ser uma industrialização fechada, voltada pra demanda interna e protegida de concorrentes externos, e surge com o estrangulamento externo e a manutenção da demanda interna no país, o que protegeu a indústria nacional existente e aumentou sua competitividade e rentabilidade. Devido à essa rentabilidade, o setor industrial passou a receber investimentos, o que elevou a renda nacional e a demanda agregada do país. Com o esgotamento da capacidade ociosa do setor industrial, fizeram-se necessários novos

investimentos com importações de matéria prima e maquinário, levando a novos estrangulamentos externos.

Nesse sentido, percebe-se que o **motor dinâmico do PSI era o estrangulamento externo**. Tal estrangulamento externo era recorrente e relativo. Recorrente, pois a tendência era repetir-se sistematicamente ao longo do processo de substituição de importações, e relativo porque não poderia haver um equilíbrio externo absoluto que significasse um limite completo às importações, as quais deveriam-se manter para fazer face às necessidades relativas aos investimentos e à ampliação da capacidade produtiva do país. Os estrangulamentos assim, funcionavam como estímulos e limites ao investimento industrial. Tal investimento, nesse momento, passa a ser a variável-chave para determinar o ritmo de crescimento econômico do país em sua fase agroexportadora. (Gremaud; Vasconcelos; Júnior, 2002, p. 367).

O Estado teve sua participação na economia aumentada, incumbido de gerar a infraestrutura básica necessária e a captação e distribuição de poupança. Assim como a manutenção das massas populares, representada pela constituição da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a Legislação Previdenciária que, até então, apenas vigorava nos centros urbanos. Por fim, cabia ao Estado o fornecimento dos insumos básicos, investindo em áreas cuja necessidade de capital e níveis de risco inviabilizavam o investimento privado, sendo assim, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas públicas, como as hidrelétricas.

Por outro lado, o processo de substituição de importações elevou o grau de concentração de renda. Isso porque gerou um êxodo rural, formado pelo desincentivo à agricultura que se somava a insuficiência de geração de emprego no setor agrário e a inexistência de legislação trabalhista para o trabalhador rural. Além do mais, o próprio caráter de investimento em capital intensivo não promoveu geração de emprego suficiente para toda a oferta de trabalho que se encontrava disponível, o que mantinha o nível dos salários baixos.

As medidas protecionistas levaram a indústria a ter altas margens de lucro e preços elevados, com o público alvo reduzido, o mercado nacional, devido à má distribuição de renda, com salários baixos não permitia que o nível da demanda se elevasse muito. As empresas em geral trabalhavam ou em setores com poucos concorrentes nacionais, e assim conseguiam ter uma economia de escala, ou em setores com bastantes concorrentes internos, o que diminuía ainda mais sua eficiência, mas não

eram suficientes para diminuir o preço dos bens produzidos. Dessa forma, essas medidas, somadas à má distribuição de renda e a baixa eficiência do setor desincentivaram a construção de empresas de fato eficientes e hábeis a competição externa.

[...] Tinha perspectiva de sucesso qualquer atividade que fosse capaz de substituir, embora mal, e com artigos inferiores, uma importação tornada por qualquer motivo impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira. Isso tinha de dar, como deu, num crescimento industrial desordenado, desconexo, mas estruturado e fundamentado. Os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso das circunstâncias fortuitas e objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação; e permanecerá por isso isolada, continuando a depender muitas vezes, no essencial, da importação. (PRADO JUNIOR, 2008:299)

Mesmo que o setor agrícola tenha perdido parte de sua participação na renda, foi de suma importância para a industrialização no Brasil, com o êxodo rural que liberou mão de obra gerando o excedente de mercado de trabalho necessário à indústria, para que os salários não se elevassem; forneceu alimentos e matéria prima para o setor urbano e industrial, apesar de ter gerado choques de oferta e, conseqüentemente, inflação. Com as exportações centradas no setor agroexportador, houve a geração de divisas necessárias ao setor industrial para realizar as importações de equipamentos e maquinários e ainda foi essencial na transferência de capital ao investir no setor industrial. O próprio setor foi, também, consumidor do mercado industrial ao comprar maquinários como tratores e outros. Além disso, passou a se diversificar ao longo dos anos do processo industrial no país.

Tabela 1 – Produção doméstica e exportação de produtos primários em mil toneladas: 1920 - 1950.

Produtos	1920	1930	1940	1950
Produção doméstica				
Algodão	332	318	1562	1167
Arroz	831	912	1319	3217
Café	788	1634	1002	1071
Cana	13986	17649	22252	32670
Feijão	752	695	767	1248
Mandioca	-	-	7331	12532

Milho	4999	5026	4875	6023
Trigo	87	170	101	532
Carne	-	-	766	956
Exportação				
	1920	1930	1940	1950
Algodão	24	30	224	128
Açúcar	109	84	66	23
Café	691	917	722	890
Carne			93	10

Fonte: Dados IBGE (1990) ⁴.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil experimenta uma elevação de exportação de produtos primários alimentícios e de matéria-prima, necessária a manutenção da guerra. Em contrapartida, o nível de importação declina. Se por um lado, os fornecedores europeus estavam isolados e com seus recursos voltados à guerra, por outro, os Estados Unidos não supria tal desfalque, pois, objetivavam a produção de guerra. Repete-se o que aconteceu na Primeira Guerra Mundial, a restrição a importar torna-se mais uma vez motor da industrial nacional brasileira, já que o mercado interno tem de recorrer às atividades industriais internas, só que em escala maior, haja vista que a o setor industrial brasileiro tinha se elevado nesse período (PRADO JUNIOR, 2008).

Discussão

Este capítulo buscou estudar as conjunturas e transformações econômicas brasileiras ocorridas no período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A escolha por essa periodicidade está relacionada com o período de formação do capital industrial no Brasil, que caminha lado a lado com a urbanização e industrialização nas capitais brasileiras, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, é nesse contexto que se constitui a religião umbandista, fé primordialmente urbana à época.

A industrialização e urbanização no Brasil marcam uma quase refundação da nação a partir de transformações sociais e políticas como abolição da escravidão e a Proclamação da República. Assim, a economia brasileira muda de um modelo

⁴ Tabela feita a partir da pesquisa: Séries Históricas do Brasil: Séries Econômicas e Sociais de 1550 à 1988 (1990).

agroexportador para um modelo de substituição de importações com produção para consumo doméstico, ainda que o setor agroexportador não tenha deixado de ter um papel importante na economia: dele dependem a capacidade financeira para financiar os investimentos no setor industrial e a liberação de mão de obra para aquele, o que possibilitou a criação de um mercado de consumo interno para os bens providos daquelas indústrias que se formavam.

A indústria brasileira nasce com trabalhadores, em grande parte que trabalharam a vida toda no campo, em atividades agrícolas, e em grande parte, constituía massa de ex-escravos, isso quer dizer que os trabalhadores não estavam acostumados com a rotina do trabalho industrial e não tinham qualquer formação. Se não tinham formação, também não tinham nenhum tipo de seguridade, ou seja, não tinham acesso à saúde, ou segurança do trabalhador e muito menos direitos como veremos no próximo capítulo. Ademais, esse capítulo não buscou em momento algum explorar os pontos de vistas de diferentes escolas econômicas sobre o assunto, mas trazer a base econômica que proporcionou as mudanças sociais no País à época, que conseqüentemente, foram a base da formação da religião Umbandista.

2 URBANIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TRABALHADOR BRASILEIRO URBANO

O surgimento da religião umbandista ocorre, portanto, em um período de intensas transformações econômicas e sociais experimentadas pelo Brasil. Esse contexto é primordial para que se compreenda o significado social do surgimento desta religião para classe operária e urbanização nascente. Nesse sentido, neste capítulo são explorados aspectos concernentes às condições de vida e reprodução material dos trabalhadores nas cidades.

As primeiras indústrias se formaram no Brasil no século XIX, em um cenário escravista, desta forma, apesar da atividade no período ser desfavorável, a indústria tinha tanto trabalhadores livres como escravos em um mesmo ambiente. Como apresentado no capítulo 01 desta monografia, a indústria nacional com elevado conteúdo importado se organizava sob um sistema capitalista de produção, sem abandonar por completo a mão de obra escrava. A força de trabalho, no capitalismo, é matéria-prima na produção de bens que é trocada por salário, ou seja, o trabalhador é aquele que não detém os meios de produção próprios para obter sua subsistência, e por isso, é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário para garantir sua subsistência⁵. Furtado (1963) avalia que abolição da escravidão assumiu conotações distintas conforme a base econômica regional, isto é, região açucareira do país em que se observou certa redistribuição de riqueza sem modificações na estrutura produtiva ou mecanismos de distribuição de renda, enquanto na região cafeeira (caso do Rio de Janeiro), a abolição, ocasionou aos escravos libertos a dedicação à agricultura, o que induziu a uma redução do grau de uso dos fatores e rentabilidade. Por outro lado, como ressalta Furtado (1963), na região cafeeira as consequências foram variadas entre os estados. O Rio de Janeiro, por exemplo, enfrentava, antes da abolição, queda da produtividade e rentabilidade da indústria cafeeira e com abolição, registrou-se intensa migração para outros estados em que os salários pagos poderiam ser maiores.

⁵ Furtado (1963) discute a percepção, à época, de que ‘abolição do trabalho servil’ seria equivalente a uma ‘hecatombe social’ ao ser interpretada, equivocadamente segundo o autor, como impulsionadora de uma destruição da riqueza. Avalia Furtado (1963: 170): “do ponto de vista econômico, o aspecto fundamental desse problema radica no tipo de repercussões que a redistribuição da propriedade terá na organização da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição de renda e na utilização final da renda”.

No Brasil, essas características do capitalismo tiveram algumas peculiaridades, em virtude do regime escravista ainda existente e, logo depois, sua recente memória. O regime escravista não fortalecia o mercado interno de bens e produtos, pois não gerava demanda desses. Entre meados do século XVIII e início do século XIX exigiu boa parte do contingente de trabalhadores livres e assalariados impedindo que as relações capitalistas de produção se desenvolvessem em plenitude. Além disso, nem sempre os trabalhadores livres e dispostos a trabalhar no setor industrial nascente conseguiam receber um salário em troca de sua força de trabalho, muitas vezes recebiam vales para trocar por bens nos armazéns das indústrias, armazéns estes que em virtude de seu monopólio praticavam preços mais caros sobre esses produtos. Seguiu-se a uma estrutura heterogênea quanto à renda, à produção, emprego, em que o grau de uso da força de trabalho se condicionou pelo ritmo regional do desenvolvimento econômico⁶.

2.1 A abolição e integração do negro na sociedade capitalista

Desde os primórdios da história do País, à religião católica cabe moldar desde a sociabilidade até as estruturas de poder. Ianni (2000: 62) aprofunda essa interpenetração: “[...] durante a República, a alta hierarquia da Igreja tem estado solidária com as “elites” dominantes, deliberantes; sem prejuízo de que alguns setores do clero sempre estiveram e continuam solidários com setores sociais subalternos, na cidade e no campo.” Religiões outras como candomblé, protestantismo, pajelança (e variantes respectivas) não passaram a ocupar, em momento algum, espaço de religião oficial. Na entrada do século XX e nas décadas iniciais, como bem elucida Ianni (2000), o Brasil experimenta uma transformação que incide no ‘tipo ideal’ que representa o brasileiro, os costumes, a família. Não é objetivo desta monografia essa análise, porém, é mister ressaltar que uma nova ética do trabalho tem início.

⁶ Não houve, de fato, quaisquer transformações estruturais pela oferta ou demanda a partir da abolição da escravidão no Brasil. Furtado (1963: 175): “Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constituiu uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. ”.

A revolução abolicionista, apesar de todo o seu conteúdo humanista e moral, acabou por eclodir como um processo histórico contra o antigo regime por um viés de interesses primordialmente econômicos, mas em acréscimo de valores sociais e políticos da classe dominante, ainda que o negro tenha participado do processo de forma intensa e atuante, não deixou de ser massa de percussão. Ademais, mesmo entre os abolicionistas, os negros eram vistos como incapazes de agir de forma consciente para a obtenção de suas reivindicações.

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa, e que ou a lei de Lynch ou a justiça pública imediatamente havia de esmagar. Covardia, porque era expor outros a perigos a que o provocador não havia de correr com eles; inépcia, por que todos os fatos dessa natureza dariam como único resultado para o escravo a agravação do seu cativeiro; crime, porque seria fazer inocentes sofrerem pelos culpados, além da cumplicidade que cabe ao que induz outrem a cometer crime; suicídio político, porque a nação inteira - vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vindita bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se - pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo o custo por um exemplo tremendo, e este seria o sinal da morte do abolicionismo.(NABUCO, 2019: 49)

A abolição no Brasil ocorreu sem que o negro recebesse nenhuma garantia ou proteção, tampouco lhe garantindo meios de entrada no sistema de trabalho livre. Os antigos senhores foram eximidos de qualquer responsabilidade para com eles, assim como o Estado, a igreja ou qualquer instituição não tiveram em momento algum, qualquer responsabilidade quanto a preparar os libertos para o novo regime de vida e trabalho. De forma que o negro repentinamente passou a ter para si a responsabilidade de si mesmo e de seus dependentes, mas sem que tivesse qualquer meio material e moral para se enquadrar em uma economia competitiva. Dessa forma, um contingente populacional no limite da sobrevivência é produzido e este contingente residirá em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo em zonas ou bairros os mais desprovidos de acesso a serviços de utilidade - como saneamento, energia elétrica - e de quaisquer formação e treinamento profissional. Esse contingente constitui oferta de mão de obra abundante (barata) para a indústria nascente. Ademais, medidas de proteção social eram pífias ou inexistentes. Mesmo entre os abolicionistas mais simpatizantes que, a início

buscavam medidas protecionistas para esses libertos, essas foram deixadas de lado a partir da abolição. A real preocupação com o negro só existia enquanto esse estava relacionado com o futuro da lavoura, enquanto o negro era propriedade, capital imobilizado e dispêndio. Com a abolição, os senhores voltaram a se preocupar com seus próprios interesses particulares a respeito de indenização e auxílios no amparo às lavouras. De acordo com Nabuco (2019), a situação do negro, sua posição e integração na sociedade passavam a ser deixadas de lado, deixando de ser matéria política e econômica, ao perder sua posição “privilegiada” de mão de obra, perdeu também todo o interesse das classes dominantes sobre sua posição na sociedade.

Porém, as oportunidades de trabalho para os negros estreitaram-se com a abolição e a imigração. De acordo com dados de 1890, podemos observar que cerca de mais da metade dos 89 mil estrangeiros que se encontravam de forma ativa, durante este período, trabalhavam no comércio, manufatura e atividades artísticas. Enquanto que, 48% dos os negros ativos trabalhavam no serviço doméstico, 17% na indústria e 16% não tinham profissão alguma. (SILVA, 2018:50)

Para Florestan Fernandes (2008), a nova estrutura e dinâmica econômica brasileira impunha essa realidade até mesmo às classes dominantes. A abolição foi uma dádiva para os senhores de regiões que haviam perdido a prosperidade e já tinha se desfeito de boa parte de seu contingente escravo pois os desonerou. Nas regiões onde havia prosperidade os libertos tinham de optar entre basicamente duas opções, a reabsorção no sistema de produção agrário – análogo ao anterior – ou incorporar-se a massa de desocupados ou semi-desocupados, tendo de concorrer com os trabalhadores nacionais e, principalmente, com a mão de obra imigrante, que em geral, já estava acostumada com o novo regime, assim como suas implicações no sentido social e econômico. As poucas alternativas que cabiam ao liberto, em quase sua totalidade o expunham e comprometiam em suas relações de produção, como agente de trabalho.

O liberto ainda conseguia encontrar algumas oportunidades de serviços associados ao artesanato urbano em cidades como o Rio de Janeiro, São Salvador e Recife, o que o deu algumas possibilidades de ascensão social e econômica nessas cidades, o que na concepção de Fernandes (2008), não acontecia na cidade de São Paulo, onde as probabilidades de se entrosar compensadoramente eram baixas, isso exatamente por causa do fluxo de imigrantes que a cidade comportava. O negro acaba por se defrontar com o imigrante, que não temia qualquer degradação com o negro e

absorveu as melhores oportunidades de trabalho livre e independente, pegando pra si até mesmo as atividades mais modestas como vendedor de quinquilharias, engraxate e outros. Dessa forma, nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas de cunho comercial estavam mobilizadas pelos brancos nacionais ou imigrantes, o que em alguns casos os levou a pequenas ou até mesmo grandes fortunas⁷.

No conjunto, por tanto, as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na impropria e até perigosa para as massas de libertos que nela se concentravam. Doutro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob-regime capitalista, impedindo-os de tirar proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou qualquer impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência das reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal. (FERNANDES, 2008: 35).

Em suma, o negro foi largado ao próprio destino, tendo que se reeducar e adequar aos novos padrões do sistema capitalista e republicano. Além disso, isolado, teve de buscar meios de integração com a parcela da sociedade a que se encontrava envolvidos, o que explica a formação do samba e dos terreiros.

2.2 O processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro

Nas primeiras décadas no século XX, o Rio de Janeiro, então capital dos Estados Unidos do Brasil, sob a articulação do prefeito Francisco Pereira Passos, e ensejos do Presidente Rodrigo Alves, ocorreu uma reforma urbanística na capital federal que objetivava um embelezamento urbano, assim como, a construção de uma nova rede viária e melhorias nas condições de salubridade pública. O Rio de Janeiro tinha grande importância econômica e social na época, era capital do país, tinha uma zona portuária e ainda estava relativamente próxima ao Vale do Paraíba, área de grande influente devido

⁷ Alguns pensadores como Florestan Fernandes (2008), avaliam que aos negros se impôs uma situação de vulnerabilidade tal que a apatia ao enriquecimento se tornou realidade;

à produção cafeeira na época. Essa importância gerou um aumento demográfico na região.

Quando decretada a Lei Áurea em 1888, que findou com a escravidão, não houve qualquer indenização aos ex-proprietários de escravos, nem tão pouco, como era de se esperar, dos escravos, pelo contrário, os escravos foram libertos sem qualquer perspectiva de pra onde ir ou o que fazer. O Rio de Janeiro, já contava com imigrantes e escravos no local, mas com a libertação mal planejada, ou mesmo, planejada em busca de um embranquecimento do país, dessa forma, a cidade se torna abundante em ex-escravos, que Celso Furtado, diz que vagabundeiam; trabalhadores imigrantes e vendedores ambulantes que aglomeravam em habitações precárias. Apesar do projeto, ter alguns pontos positivos, de forma velada, se tratava também de uma “higienização” dos espaços urbanos, que empurrou os mais pobres, principalmente os negros para áreas mais afastadas e morros.

Como discutido no capítulo anterior desta monografia, à medida que as leis abolicionistas avançavam o Brasil foi realizando medidas para atrair estrangeiros para trabalhar no país onde havia carência de mão de obra gerada pela “ausência” da mão de obra escrava, ao mesmo tempo, ocorreu um tráfico interno de escravos das áreas menos abastadas para o sudeste, o que gerou um inchaço demográfico no Rio de Janeiro. Segundo o Recenseamento do Brasil de 1920⁸, a população do Estado do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920 aumentou em aproximadamente 775 mil habitantes.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Rio de Janeiro devido à precariedade sanitária, vivenciava surtos epidêmicos de doenças como febre amarela, tuberculose, disenteria e outros. O centro urbano era um espaço onde coexistia uma diversidade de classes sociais que ia dos mais “pueris” cavalheiros e damas da elite aos ambulantes e ex-escravos. Obviamente, as oportunidades de trabalho não eram igualitárias, sendo os negros os mais frágeis naquelas relações. Segundo Silva (2018), a insalubridade estava associada à falta de distribuição de água e esgoto, falta de pavimentação das ruas e para alguns sanitaristas, a existência dos cortiços, posto que as classes dominantes culpassem aqueles estabelecimentos e mais diretamente aos negros pela proliferação de doenças.

⁸ Trata-se do 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias, realizado em 1 de Setembro de 1920 pela Directoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio.

Deste modo, deu-se início ao processo de derrubada dos cortiços com a justificativa de abrir as vias e estradas para circulação de mercadorias e pessoas, assim como limpeza do espaço urbano, concedendo espaço para construção de negócios e instituições. A cidade passa por diversas obras que rompiam com a arquitetura e estigma colonial, e colocava no lugar uma arquitetura urbanizada, com utilização de trens e bondes, mas o mais importante para os higienistas acabava com as habitações indesejadas e insalubres.

O fomento à vinda de europeus ao Brasil tinha como objetivo um embranquecimento da sociedade, com a Abolição de 1888, muitos negros tinham se dirigido para os centros urbanos e ocupavam aquele espaço, o que era mal visto para as elites. Os europeus imigrantes ao contrário dos negros eram vistos como aqueles com alta civilidade e dedicados ao trabalho de forma que substituiria o ex-escravo. O negro, dessa forma, em geral não conseguia se integrar ao mercado de trabalho, ficando sempre a margem da sociedade, oprimido e considerado até mesmo um risco a ordem pública foi empurrado para os morros. Todo esse projeto de Pereira Passos culminou em um processo de favelização e segregação socioespacial.

Por outro lado, a ocupação dos morros pelos negros, apesar de todos os males e falta de infraestrutura gerou laços culturais e um sentimento de território negro para aqueles que lá se encontravam.

Assim, da mesma forma como a elite carioca migrou seu eixo de ocupação para áreas nobres as Zona Sul do Rio de Janeiro, a população negra, deixou o centro, claro que obrigada – isso difere seu processo de ocupação, criando laços culturais e sentimentais aos subúrbios e morros, gerando àquele lugar um misto de pertença e luta, dando aos subúrbios e morros um sentimento de território negro, na qual os antigos casarões no centro do Rio – os cortiços, cedem lugar aos morros, território mais negro da cidade do Rio de Janeiro. (SILVA, 2018: 53).

2.3 As condições de vida do Trabalhador

Como visto no capítulo anterior, a indústria nasce de forma tímida, a partir das últimas décadas do século XIX, com inversão de capital proveniente, em sua maioria, de produtores e comerciantes do café. As primeiras fábricas se concentraram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e basicamente se restringiam aos bens de consumo não

duráveis, como alimentos e tecidos. Nessa indústria insipiente os trabalhadores livres trabalhavam juntos aos escravos e em condições análogas a escravidão.

Os trabalhadores das poucas fábricas existentes, espalhadas nas diferentes regiões brasileiras foram basicamente os escravos, homens livres pobres e alguns imigrantes contratados para desempenhar atividades especializadas como operários livres. Havia ainda artesãos, como sapateiros, carpinteiros, [...], que eram donos de suas ferramentas e controlavam a comercialização de seus produtos. Fragmentados e dispersos, os grupos operários só apresentariam, no entanto, traços e características comuns a partir da última década do século XIX. (DECCA, 1996: 11)

Dessa forma, o trabalhador brasileiro, sem deter qualificação e organização, enquanto classe social por um período longo foi incapaz de reivindicar melhores condições de trabalho. De acordo com Decca (1996), foi somente a partir de 1890 com a urbanização e industrialização, que uma identidade operária começou a se formar quando os trabalhadores passaram a observar que apesar de suas particularidades e diferenças, tinham uma condição semelhante enquanto trabalhadores que os distanciava dos interesses dos seus patrões e passaram a criar associações e jornais proletários.

As condições gerais de trabalho nas fábricas industriais eram insalubres, com baixa ventilação e iluminação. Os operários não tinham equipamentos de segurança, os expondo a acidentes de trabalho e risco de vida, além disso, estes trabalhadores não gozavam de nenhum direito de auxílio em caso de invalidez. Como os salários eram insuficientes para a manutenção material de vida das famílias, mulheres e crianças precisavam trabalhar nessas condições precárias, estas sofriam abusos e salários ainda mais ínfimos com horários ainda piores.

A jornada de trabalho era muito extensa: variava de 10 a 14 horas por dia, chegando às vezes a se prolongar por mais tempo ainda. Registraram-se casos em que o trabalho operário diário era de 15 horas (por exemplo, na fábrica têxtil Santa Rosália, na periferia de Sorocaba) e até mesmo de 17 horas (por exemplo, na fábrica Mariângela do Matarazzo, onde os operários trabalhavam sem interrupção das 5 às 22 horas, em 1907) (DECCA, 1996: 13)

O abuso de poder era uma constante dentro das fábricas, a ausência de legislação referente às relações de trabalho e silêncio por parte do poder público permitiam a imposição de leis, normas e regulamentos internos nas fábricas. Os industriais conseguiam, dessa forma, estabelecer baixos níveis de salários e largas jornadas de trabalho, inclusive exigindo horas extras sem pagamento por estas. Não raro, seus

funcionários atingiam a exaustão. Sem regulamentação do trabalho, os industriais podiam inclusive admitir e demitir os funcionários sem qualquer aviso prévio ou indenização, essa situação dentro da indústria, avalia-se, assemelhava-se a da escravidão.

Crianças de 9 a 14 anos trabalhavam comumente nas fábricas, recaindo sobre elas castigos físicos pesados. Crianças de cinco anos trabalhavam ocasionalmente nas indústrias e não escapavam das surras e castigos. Brincadeiras, conversas, vaias, ausências ao serviço, demora no banheiro eram consideradas faltas passíveis de punição, além das greves, filiação aos sindicatos, erros no serviço, desobediência a quaisquer ordens e assim por diante. Não devemos nos espantar, portanto, de que as fábricas tenham sido frequentemente comparadas a cárceres e prisões. (DECCA, 1996:14 - 15)

Por outro lado, os bairros onde esses operários moravam estavam localizados nas proximidades das fábricas, geralmente em morros nos quais não havia qualquer infraestrutura, sem calçamento, saneamento básico e iluminação, como é o caso do Morro da Providência e o Morro do Salgueiro, localizados no Rio de Janeiro. As faltas de estrutura mínima, somada à alimentação inadequada, devido ao baixo poder de compra do trabalhador, e à exploração nas indústrias propiciavam a incidência de doenças como tuberculosa, disenteria, febre tifoide e outras.

Mesmo em São Paulo e no Rio de Janeiro, os salários operários nas primeiras décadas republicanas revelaram um pobre poder aquisitivo, um pequeno poder de compra. Isso pode ser constatado não só através da manutenção de padrões alimentares deficientes e inadequados; a baixa qualidade habitacional, os precários níveis de saúde e higiene, o exíguo e modesto vestuário, as pequenas possibilidades de instrução, o escasso tempo de lazer também podem atestar a vida difícil da classe operária em seus primórdios tempos de existência. (DECCA, 1996: 15)

A baixa escolaridade dificultava o acesso à informações de prevenção de doenças. Mesmo nos casos em que as crianças conseguiam instrução pública, as ocorrências de abandono para trabalhar ou cuidar os irmãos menores eram altas. Até 1890, segundo o Recenseamento de 1920⁹, no Estado do Rio de Janeiro de um total de aproximadamente 877 mil habitantes, 743 mil não sabiam ler nem escrever, do que

⁹ Trata-se do 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias, realizado em 1 de Setembro de 1920 pela Directoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio.

corresponde a dizer que nesse período cerca de 80 por cento da população era analfabeta.

Todo esse meio de doença, miséria, exploração e de ausência de política pública iria gerar em algum momento revolta. Levando a uma organização do Movimento Operário Brasileiro, algumas greves ocorreram ainda no início do século XIX, tendo sido no Rio de Janeiro em 1902 a primeira greve significativa, essa greve reivindicava aumentos de salários.

Segundo Decca (1996), a partir da greve de 1902, eclodiram no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversas greves posteriores como a greve geral interprofissional também no Rio de Janeiro em 1903, a de 1904 dos portuários de Santos, em 1906, a dos ferroviários em São Paulo. Em 1907 ocorreu em no Estado de São Paulo outra grande greve que defendia a jornada de 8 horas, essa greve que começou nos setores da construção civil e nas indústrias alimentícias e de metalurgia, acabou sendo aderida posteriormente por outros setores, como o de limpeza pública e o de operários têxteis, no entanto somente alguns setores conquistaram parcial vitória.

2.4 As revoltas urbanas

A política nacional que ocorreu a partir de 1930, estabeleceram as premissas para uma crescente concentração de indivíduos nas capitais. Conforme Oliven (2010), essas massas foram fortemente manipuladas a partir de políticas paternalistas e populistas que com o estabelecimento das estruturas sindicais assim como a criação da legislação trabalhista, desta forma, o Estado, controlado pelos donos de capital, conseguia manter as massas populares sob controle. A legislação trabalhista até então só vigorava nos centros urbanos e ao mesmo passo que proporcionou aos trabalhadores um nível de qualidade de vida acima do encontrado nas zonas rurais, criou uma reserva de mão de obra nos centros urbanos ao atrair trabalhadores vindos das áreas rurais.

Além da inexistência de políticas voltadas para o bem-estar dos operários, do apoio policial, em 1907, foi promulgada a Lei Adolfo Gordo, que nada mais era do que uma Lei que previa a expulsão de imigrantes que participavam de greves. Inibiu-se ainda mais os movimentos operários, até porque, o operário de origem brasileira ainda não tinha uma cultura de luta contra a indústria, o grupo que muitas vezes estava à frente das organizações de greves e motins era justamente o dos trabalhadores

imigrantes. Essa lei, porém, não dizimou o movimento operário, que continuou a realizar manifestações e organizar-se em associações e sindicatos, buscando fortalecimento na luta por melhores condições.

Essas manifestações, apesar de importantes no histórico da luta operária, não obtiveram resultados rápidos. As condições de moradia e trabalho não melhoravam. Em 1917, ocorreu a grande greve em São Paulo, fruto dos aspectos que estavam sendo ignorados por patrões e o setor público, essa greve culminou em virtude da defasagem salarial, da ausência de negociação com os patrões, da inexistência de leis trabalhistas, e por fim, da falta de produtos disponíveis ao trabalhador. Segundo Decca (1991), essa greve, representou um marco na luta dos trabalhadores, posteriormente, a pressão popular levou a classe operária as suas primeiras conquistas como a lei de acidentes de trabalho (1923) e a lei Elói Chaves sobre aposentadorias e pensões. A luta por direitos, não se apagou com essas conquistas. Em 1926, conquistaram o direito a férias de 15 dias.

Apesar daquelas greves no período de 1907 a 1929 terem surtido algum efeito. De acordo com Rodrigues (2009), essas organizações não demonstram que teriam sozinhas, por meio de enfrentamentos diretos aos empregadores, conseguido os direitos que foram adquiridos com a intervenção estatal no setor trabalhista, como a regulamentação da jornada de trabalho, férias e acesso à aposentadoria, melhor regulamentados a partir da CLT. Ou seja, apesar da intervenção paternalista do Estado a partir do primeiro Governo de Getúlio Vargas ter tido controle sobre os movimentos sindicais, e ter por isso, criado um laço de dependência do movimento sindicalista em relação às oscilações do controle governamental do Estado, que vezes se afrouxava ou estreitava. Dessa forma, o êxito de qualquer greve dependia, e depende até hoje, substancialmente, da disposição dos trabalhadores e sua capacidade de mobilização, da legalidade do movimento e, por fim, da disposição do governo em reprimi-la. Ademais, os problemas que acometiam os trabalhadores urbanos, de modo geral, não se sanavam somente no ambiente profissional, mas também em questões ligadas ao Estado como a de moradia, saúde ou acesso à consumo básico.

A partir de 1930, ocorreram migrações internas para os centros urbanos, o que elevou a disponibilidade de mão de obra e a massa de trabalhadores sem experiência política e sindical, ao mesmo tempo em que a intervenção estatal sobre o trabalho cresceu, dessa forma, com o aumento do nível de desemprego a capacidade de pressão trabalhista despencou. Ademais, o baixo nível de escolaridade e formação profissional

associados ao alto nível de rotatividade nas indústrias afetava a capacidade de pressão dos trabalhadores, pois inibiam a integração do trabalhador em seu ambiente de trabalho, assim como estimulavam a busca por soluções individuais em oposto à solidariedade profissional.

De acordo com Rodrigues (2009), foi somente a partir de julho de 1940, após a Segunda Guerra Mundial foi criado o primeiro Decreto lei sobre aplicação de salário-mínimo. Dessa forma, os sindicatos tornaram-se, no Brasil, entidades com cunho mais assistencialista do que de enfrentamento em si, principalmente no que tange a questões legais e de assistência à saúde.

Por outro lado, os bairros onde esses trabalhadores moravam eram próximos das fábricas, geralmente em morros nos quais não havia qualquer infraestrutura, sem calçamento, saneamento básico e iluminação. A falta de estrutura mínima, somada à alimentação inadequada e à exploração nas indústrias propiciavam a incidência de doenças como tuberculosa, disenteria, febre tifoide e outras. A falta de escolaridade dificultava o acesso a informações de prevenção de doenças. Mesmo nos casos em que as crianças conseguiam instrução pública ou dentro das indústrias, os casos de abandono para trabalhar ou cuidar de irmãos menores, era alto.

Dessa forma, o que é tido como problema urbano, como o surgimento das favelas e do setor informal, nada mais é do que uma solução, ainda que precária, para os problemas com que essas massas de deparam. Nesse contexto de relativo abandono, quando adoeciam, buscavam como solução a ajuda de benfeitores, as casas de misericórdia que trabalhavam com caridade ou curandeiros.

Dentre as “soluções” encontradas por essas massas de trabalhadores, no que tange ao sentimento de pertencimento da sociedade estão o futebol, o samba e o carnaval, ainda que estes tenham uma natureza alienadora, podem ser vistos como partes dos poucos prazeres daqueles grupos que se encontravam à margem da sociedade. As religiões populares também terão importante função no acolhimento desses trabalhadores onde buscarão respostas às aflições decorrentes de infortúnios pelos quais essas classes baixas passam. Deste modo, de acordo com Oliven (2009), as religiões como Umbanda e Pentecostalismo foram usadas de modo a diminuir as aflições daqueles trabalhadores apresentando funções sociais e psicológicas.

É compreensível que pessoas que não podem recorrer aos relacionamentos familiares existentes no campo entre camponês ou

trabalhador e seu patrão (as quais embora extremamente exploradoras pelo menos proporcionam um tipo mais pessoal de contato e algum tipo de “proteção”) busquem substitutos em cidades onde as relações capitalistas de trabalho deixam menos margem para contatos pessoais e nas quais os empregadores não têm obrigações morais em relação a seus empregados. (OLIVEN, 2009: 146)

Em busca de alguma valorização, de sentimento de pertencimento ou ainda de consolo, buscam as práticas e crenças religiosas populares. Por outro lado, parte daquele grupo, uma minoria, inserida em um ambiente tão precário, miserável e hostil, em uma forma de rebelar-se contra esse sentimento e realidade de escassez e de opressão, entra na criminalidade, a partir do momento em que aquele indivíduo, marginalizado, que não tem alimentação e moradia, ao procurar emprego não o consegue, este vai procurar qualquer meio de subsistência mesmo que através de furtos. Afinal, esse indivíduo já sofre a opressão, a miséria, o preconceito, e falta de acesso à informação, principalmente quando em relação aos negros – a fim de esclarecimento, segundo o Recenseamento do IBGE em 1872 de uma população de 290 mil escravos no Estado do Rio de Janeiro apenas 107 deles sabiam ler e escrever, logo, era de se esperar que aos ex-escravos caberiam os empregos mais desprezíveis e mal pagos.

A acumulação capitalista industrial diferenciou as classes de forma ainda mais desigual e assimétrica, não só no que tange a parte econômica, mas também em suas orientações culturais e sociais. Conforme Oliven (2009), se por um lado homogeneizou as classes em relação às práticas e orientações em dimensões instrumentais como o trabalho, aumentou a heterogeneidade em relação às dimensões privadas da vida como familiares religiosas e associativas. Enquanto as classes mais altas se identificaram facilmente com os costumes e valores predominantes, as classes mais baixas tiveram de criar meios e formas de lidar com as relações capitalistas sem perder sua individualidade e principalmente no caso dos negros, sem se perder da sua ancestralidade e religiosidade.

As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional” a “população negra” perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco. Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos. Que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, por meio da vida social organizada. (FERNANDES, 2008: 86).

3 UMBANDA: A MACUMBA EMBRANQUECIDA

Essa monografia estuda a formação da Umbanda em dois principais Estados, são eles o do Rio de Janeiro e em segundo lugar São Paulo, o primeiro por ter sido de fato o foco do nascimento da religião, o segundo em virtude da religião ter se desenvolvido intensamente, assim como no Rio de Janeiro. Ambos os locais apresentaram algumas tendências semelhantes ao longo da história brasileira, primeiramente foram regiões de alto valor capital, elas representavam à época justamente a urbanização e industrialização no país, passavam por um período de mudanças em direção à organização e burocratização.

O objetivo desse capítulo é demonstrar como a formação do capitalismo no Brasil, já discutida no capítulo um, associada às mudanças sociais e culturais que foram debatidas no capítulo dois, refletiram no nascimento da Umbanda em um período de formação de uma sociedade de classes e urbano-industrial no Brasil.

São justamente as transformações sociais que ocorrem no período, que fizeram mudanças vitais na cultura, crença e valores das práticas afro-religiosas. Dessa forma, a umbanda nasce em conformidade com ideais entendidos como legítimos na sociedade do período, para isso ela se afasta das macumbas, práticas negras e ilegítimas, na visão da sociedade, se aproximando dos valores católicos. Passando por um sincretismo religioso que, de certa forma, não passa de uma síntese aprimorada das diversas religiões do país.

Fica claro que nessa monografia não se pretende estudar mito a mito de orixá, mas é necessário entender o mito, ou a história contada dentro dos terreiros acerca do nascimento da umbanda.

Apesar de não haver registros oficiais que confirmem o fato, além das declarações dos envolvidos, é fundamental trazer o principal mito de formação da Umbanda a essa monografia, em virtude das consequências sobre a força com que a Umbanda surge e sua luta pela própria institucionalização. Ademais, a história de Zélio de Moraes, um médium que incorporou o Caboclo das Sete Encruzilhadas em 15 de novembro de 1908, é considerada o marco da fundação da Umbanda; e conhecida pela maioria dos seus fiéis. Devido à sua importância histórica dentro da religião, muitos são

os autores que contam a história de Zélio de Moraes tanto do meio acadêmico como do meio religioso.

Diversos livros contam a história de Zélio Fernandino de Moraes, nascido em 10 de abril de 1891, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, que em sua adolescência passou a ter episódios estranhos, surtos sem explicação, em que se envergava e falava estranho, como um velho, ou crescia de forma imponente e bradava como um índio guerreiro. Sua família, preocupada, levou o jovem Zélio a diversos médicos temendo ser algo de saúde mental ou neurológico. Nenhum médico conseguiu encontrar nada de errado no rapaz. Até que o último médico o atender, era espírita, estudante de Allan Kardec, e recomendou que a família o levasse em um Centro Espírita, pois seus surtos seriam fenômenos mediúnicos. A família era católica, porém esgotados os recursos e com os médicos já querendo interná-lo para investigar a tal enfermidade desconhecida para eles, resolveram levar Zélio para o tal Centro Espírita.

Levado à Federação Espírita de Niterói, indicação de um amigo de seu pai, o jovem Zélio teria se levantado da mesa em que se encontrava e dito que ali faltava uma flor, buscado uma rosa branca e em um copo com água a colocado no centro da mesa. Na versão mais propagada de acordo com Simas (2021), Zélio incorporou um espírito e simultaneamente vários outros médiuns teriam “recebido” caboclos, pretos velhos e índios. Nesse momento um dos dirigentes do centro kardecista repreendeu o espírito incorporado e o perguntou o nome da entidade, enquanto não aceitava a presença daquelas entidades incorporadas no recinto. Simas (2021: 98) relembra a fala de Zélio:

- Se querem saber meu nome que seja este: Caboclo Das Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminhos fechados para mim.

E então, o Caboclo Das Sete Encruzilhadas disse que no dia seguinte, em 16 de novembro de 1908 às 20 horas, seria fundada a Umbanda na Tenda Nossa Senhora da Piedade, registrada em Niterói. Segundo Simas (2021), há ainda quem diga que o Caboclo Das Sete Encruzilhadas seria um religioso que fora morto em uma fogueira no período da inquisição, o que na sua concepção, seria sintomática na anúncio da Umbanda como uma “sancionada” pela igreja católica e mais ainda, pelos jesuítas que foram reconhecidos desde o início da colonização como protetores dos índios.

Como se pode observar, mesmo o mito da fundação Umbanda, que para alguns autores, teria primeiramente sido nomeada de **Alabanda**¹⁰, houve uma preocupação na forma de estruturação da religião como uma religião pura dentro daquele período singular de construção de uma identidade nacional. A história da Umbanda desde o início se demonstra brasileira, com debates que por vezes pautaram essa construção da sociedade e identidade brasileira.

3.1 Umbanda: Formação Da Religião

Entender a formação de uma religião qualquer que seja ela, jamais será somente contar sua história, mas todo o contexto econômico e social que se passava na conjuntura da formação. No caso da Umbanda, em específico, para entender essa integração social da umbanda, é necessário entender a mudança cultural que ocorreu no período. Ianni (2000) observa que é sintomático que em uma sociedade que viveu séculos de escravidão, onde o trabalho é visto como uma atividade subalterna, na dissolução da escravidão, enquanto o negro tem que abandonar a cultura do trabalho escravo e se adequar à atividade de trabalhador livre, a imigração é intensificada no intuito de embranquecer a sociedade, a visão sobre o trabalho é planejadamente redefinida, conferindo a ele o sinônimo de dignidade, simultaneamente a isso, é nesse processo em que ocorre um amplo processo psicossocial, ideológico e sociocultural com intuito de inferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Na concepção de Ortiz (1999), há uma constatação de que o surgimento da religião Umbanda acompanha o estabelecimento da nova sociedade urbano-industrial e de classe no país. Dessa forma, as transformações sociais correspondem às culturais, e nesse sentido, observa-se que as práticas e crenças afro-brasileiras se modificam de forma a se ressignificar dentro da sociedade global brasileira, acompanhando inclusive o que o mercado de trabalho institui.

A legitimação é sensível no que diz respeito ao mercado religioso onde a Umbanda, considerada num passado recente como heresia, torna-se pouco a pouco, um sistema religioso aceito pelas outras

¹⁰ Trindade (2014) explica a nomenclatura de Umbanda pelo termo proveniente de Alabanda em História da Umbanda no Brasil.

profissões de fé. A partir de um ramo da macumba, prática negra e ilegítima, assiste-se à emergência e o reconhecimento social de uma nova religião que se desenvolve hoje através de toda a nação brasileira. (ORTIZ, 1999: 15)

Para Ortiz (1999), o Candomblé, assim como a macumba, corresponde à conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro, para o Candomblé, a África é a maior fonte do sagrado, onde o culto aos deuses se opõe à sociedade brasileira e o privilégio branco, ainda que esse culto tenha sofrido algumas modificações e tenha perdido sua “pureza africana” o Candomblé e as macumbas são o produto afro-brasileiro. A Umbanda rompe com a ideia do afro-brasileiro, ela se entende como uma religião autenticamente brasileira, ela se quer assim, ela vai corresponder justamente à integração daquelas práticas afro-brasileiras na sociedade moderna brasileira, isso não significa, entretanto, que haverá ausência dos negros nessa prática, ao contrário, mas, essa religião que se forma não se entende e tão pouco é entendida pela ideia simplista de sincretismo religioso, mas uma síntese da sociedade brasileira do período, de formação endógena, inclusive, boa parte de seus chefes de tenda são brancos ou mulatos de classe média, ou seja, observa-se que nessa religião há um pensamento muito mais embranquecido, uma cultura branca e luso-brasileira, estamos falando nesse caso, de pessoas que tiveram mais oportunidade, inclusive quanto à cultura mínima e letramento suficiente para estudar livros espíritas, católicos e de cultura africana.

Levando esse imbróglio para o campo da umbanda, teremos cada vez mais um debate que, dentre outras nuances, acaba se desdobrando nas disputas pelo imaginário do culto e nas criações de tradições que disputarão as versões sobre as suas origens. De um lado teremos o crescimento de uma umbanda que se reivindicará como cristã e brasileira: a umbanda autorreferenciada como “branca”; ao nosso ver um típico exemplo de mestiçagem como processo de inclusão subalterna inserida, ao mesmo tempo, na busca por legitimidade institucional em uma conjuntura bastante específica. Do outro, uma concepção afro-brasileira, que buscará ressaltar a identidade afrodiaspórica do culto. O exemplo mais contundente desta linha é o omolokô, que tem como nome de destaque o Tata Tancredo da Silva Pinto. Vale ressaltar ainda que diversas outras linhas de umbanda trilharão caminhos cruzados entre as vertentes expostas. (SIMAS, 2021: 15)

Como observado ao longo dos últimos capítulos o século XIX foi um período de intensas mudanças na sociedade brasileira, tanto no âmbito social como no econômico. A Independência demonstrou ainda mais as contradições do sistema escravista e aguçou a polarização social e de políticas em gestação e levou a confrontos entre grupos e

classes sociais. Apesar do negro não ter participado com tanto afinco do processo abolicionista, as decisões tomadas naquele processo lhe concerniam diretamente.

A partir da Abolição e da proclamação da república, o processo de formação da identidade brasileira – marcada pela presença do indígena, do afrodescendente e do europeu – passou a se formar, essa construção de identidade brasileira foi marcada por dois paradigmas. De acordo com Simas (2021), o primeiro era o de branqueamento racial, com apoio de segmentos mais favorecidos, buscava apagar da história do Brasil a presença dos afrodescendentes, que ocorreria via imigração do europeu e pela eliminação das práticas cotidianas de negro (a forma de rezar, de comer, festejar e louvar seus deuses). O segundo, adeptos da mestiçagem, acreditava que os dilemas e horrores da formação histórica brasileira teriam sido sanados pela criação da cultura mestiça, provinda dos indígenas, afrodescendentes e europeus. No entanto, apesar de reconhecer aquelas culturas, colocava a cultura “branca” em patamar superior, mantendo a hierarquização dos saberes.

Ao longo desse processo de mestiçagem, modifica-se a posição do negro e relação ao mulato. O século da ascensão do mestiço e do bacharel é também século do embranquecimento do mulato, que, preso entre duas correntes contraditórias, deve “embranquecer a alma”, a fim de ascender individualmente na hierarquia social. A ideologia de embranquecimento penetra pois a camada mulata dos intelectuais. Podem-se encontrar, na arte desenvolvida pela comunidade mestiça, entre traços deste tipo de ideologia (ORTIZ, 1999: 24).

Nesse sentido, é justamente o negro e o mulato que conseguiram criar ou manter algum prestígio social, e ter acesso à informação e educação que vão buscar se embranquecer, e nesse sentido, embranquecer sua fé e ritos.

O bacharel é, pois, o protagonista do movimento de ascensão social do mulato; assim, seu interesse pelas crenças africanas, quando não existe, vai menos no sentido de conservá-las do que desafricanizá-las. “São estes mulatos, em parte desafricanizados no seu estilo de vida, que adulteraram profundamente os cultos, neles introduzindo suas próprias concepções estéticas, como Joãozinho da Goméa, ou sua meio-etnia europeia, como os fundadores do espiritismo de Umbanda.” (ORTIZ, 1999: 24).

Apesar da alta taxa de mortalidade no negro e o processo de mestiçagem terem acelerado o processo de embranquecimento, esse não foi o único motivo para o embranquecimento da população, posto que a previsão da desagregação do sistema

escravocrata trouxe problemas de mão de obra que foram solucionados a partir das correntes imigratórias para o país. Esses imigrantes passam a instalar residência nas áreas urbanas e com industrialização, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A aglomeração de imigrantes naqueles Estados, em parte, explica o embranquecimento da população na região, a imigração de europeus para o Brasil diminuiu a parcela de população negra no país. No entanto, o embranquecimento ou aumento percentual da população branco em detrimento da negra não é o fator mais importante para o embranquecimento que ocorre na Umbanda, mas sim a dominação simbólica do mundo “branco” sobre o mundo “negro”.

Os dados confirmam uma vez mais a superioridade numérica dos brancos em relação aos negros e mulatos, mas põem em evidência, ainda, a preponderância do mundo branco sobre as crenças afro-brasileiras. A desagregação do mundo mítico afro-brasileiro não se reduz unicamente a uma relação quantitativa de cores diferentes: é sobretudo a dominação simbólica do branco que acarretará o desaparecimento ou a metamorfose dos valores negros; eles tornam-se caducos, inadequados a uma sociedade moderna. (ORTIZ, 1999: 27).

A abolição, imigração e mestiçagem ocorreram em conjunto com a urbanização, industrialização e de formação de classes. A cidade saía então de papel secundário na economia para um polo de decisão econômica e política. É justamente nela em que surge o proletariado brasileiro, e com ele a classe média, mas principalmente a formação de classes. Nessa passagem para uma sociedade capitalista e de classes o negro que em geral não estava preparado para essa sociedade se vê abruptamente transformado em cidadão, logo, proletariado que teria de concorrer no mercado de trabalho sem estar plenamente apto para tal. Como observa Florestan Fernandes (1999), após a abolição, os abolicionistas deixaram de se interessar por aqueles negros e mestiços, que então, procuraram se alocar nos centros urbanos, local onde vão sofrer ainda mais o processo de concorrência com o imigrante. Em cidades como o Rio de Janeiro, aqueles negros que antes já tinham alguma posição privilegiada pelo seu artesanato ainda foram capazes de se manter, mas às duras penas dado a concorrência. No entanto, a maioria dos negros se viu concorrendo e perdendo posição mesmo nas tarefas consideradas mais degradantes como engraxate, entregador e outros. De acordo com Ortiz (1999), o crescimento das cidades basicamente aniquilou a herança cultural negra conservada no período colonial, o negro passava de ex-escravo à marginal, criminoso e alcoólatra.

A desagregação se realiza pois em dois níveis: a desagregação social do escravocrata que atinge os indivíduos da sociedade, e desagregação da memória negra. A um processo de transformação dos símbolos. No domínio das crenças religiosas, a macumba representa esta desagregação da memória coletiva. No Rio de Janeiro, este culto chega a se organizar em seita, muito embora o processo de sincretismo já se encontrasse em fase avançada. Em São Paulo, entretanto, o ritmo de desagregação social foi tão rápido, que as crenças cristalizaram-se em indivíduos, os feiticeiros em mágicos: a religião tornou-se magia. Dentro desse processo de transformação social, a macumba corresponde à marginalização do negro numa sociedade de classes em formação. Este sincretismo negro-católico-espírita é ao mesmo tempo sinal e resposta à desagregação social. Enquanto sinal denota a posição marginal do negro no seio da sociedade brasileira; enquanto resposta, ele é o resultado de uma melhor integração cultural no conjunto da sociedade. (ORTIZ, 1999: 29).

Nesse sentido, a Umbanda pode ser entendida como uma forma de organização social em uma distopia na sociedade, pois ao mesmo passo que consegue ainda trazer parte da cultura afro-brasileira, ela se integra a sociedade se transformando em refúgio para aqueles negros que precisam se integrar e aceitar o modus operante da nova sociedade.

3.2 Origens da Religião

Ano limite para historiadores e sociólogos, 1930, até a data, o país passava por uma desagregação de um sistema político-econômico, de um sistema de produção agrícola para uma consolidação que já era uma tendência desde o final do século XIX, tornam-se realidades sociais a urbanização, a industrialização e finalmente a sociedade de classes. A primeira era Vargas, simbolizou uma ruptura com o antigo sistema colonial, o polo da economia e das decisões políticas se moveu para a cidade, esculpindo um novo modelo político em uma nova ordem social, a já estudada saída do modelo de mercado agroexportador para um modelo de substituição de importações.

No mesmo período em que ocorria a desagregação do sistema socioeconômico anterior, com novos valores sociais, aparecia a Umbanda em seu estado larvar, dessa forma, a mesma incorpora em seu íntimo as novas diretrizes sociais e econômicas, tornando-se uma religião urbano-industrial, com seus valores entrelaçados aos daquela nova sociedade. A Umbanda rompe com o antigo sagrado simbólico e reinterpreta

aquelas tradições. Para Ortiz (1999), a formação da Umbanda está intimamente relacionada às transformações sociais e é um fruto dessas.

A macumba aparece pois como um esforço da comunidade negra e mulata para se dar um cosmo simbólico coerente diante da incoerência da sociedade. Contrariamente ao candomblé, que se divide em nações, ela quebra os laços étnicos para substituí-lo por uma solidariedade de cor. O sincretismo funciona, assim, como uma forma de adaptação entre o enquistamento cultural (candomblé) e a assimilação definitiva (Umbanda). No entanto este momento de desagregação social é substituído por outro, o da consolidação da sociedade de classes; aparece assim um movimento de reinterpretação das práticas africanas, o que é afro-brasileiro torna-se negro-brasileiro, integrado numa sociedade de classes, com todas as contradições que esta carrega em seu bojo. (ORTIZ, 1999: 30).

Dessa forma, a Umbanda conservou parte das práticas afro-brasileiras, mas para isso as reinterpretou, codificou e normalizou a religião, esse trabalho de reinterpretação das práticas negras para os novos valores da sociedade teria sido realizado justamente por intelectuais brancos e negros de “alma branca”. Ortiz (1999) considera que a Umbanda não é um culto negro, mas um culto do proletariado de sangue negro escravizado. É uma fé que se adequa a sociedade e para tanto passa por um duplo movimento, o de *embranquecimento* que nada mais foi do que a aceitação dos negros aos valores impostos pela sociedade branca, assim com a recusa de qualquer coisa com forte conotação negra e, por fim, uma forte vontade de embranquecimento por parte dos negros. Por outro lado, um movimento de *empretecimento*, que não estava relacionado a uma valorização da cultura negra, mas a uma simples aceitação do negro e a um movimento em direção às crenças afro-brasileiras por uma pequena parcela social branca.

Ocorreu nos fins do século XIX uma penetração do espiritismo em camadas e classes mais baixas da sociedade, logo, essa prática se configurou entrelaçada à magia, e passou a ser chamada de baixo espiritismo, ou ainda de macumba carioca, organizadas em sessões espíritas frequentadas geralmente por mulatos e imigrantes. O imigrante, apesar de muitas vezes estar em uma posição de mais privilegiada em relação aos negros e mestiços, assim como estes também deverá se adequar à realidade da classe trabalhadora que se forma naquele período, ademais, como observado no capítulo anterior, com a Lei Adolfo Gordo, aquele imigrante se vê inibido de se manifestar

politicamente com movimentos de greve, o que pôde fazer com que parte daqueles imigrantes buscassem uma fé que os aceitasse com suas simpatias.

Negros, mulatos, portugueses, à miséria da cor soma-se a miséria de classe; a favela torna-se foco do feitiço, ou em outros termos, o lugar onde se agrupa uma classe marginal à sociedade, que tem como único consolo a religião e as práticas mágicas que se enriquecem na medida em que cada povo traz sua contribuição. Desta forma, negros e imigrantes que não conseguem integrar-se imediatamente na sociedade passam a ocupar uma mesma posição social. O baixo espiritismo vai lhes proporcionar um quadro que lhes permita enfrentar a vida. (ORTIZ, 1999: 35).

As sessões passam a ser realizadas dentro de casas, com alguma reprodução das antigas casas de Candomblé, mas reinterpretando-as para as necessidades de um público que vive uma nova condição social em uma realidade urbano-industrial. Dessa forma, o altar é modificado, são retirados os espaços de sacrifício animal, as imagens ali colocadas são de santos católicos que representarão os Orixás, como São Jorge que representará Ogum. Assim, as práticas do Candomblé são simplificadas e transformadas na macumba carioca. O foco não é mais o Orixá, mas os espíritos falangeiros. O imigrante, que afastado de sua cultura, penetra nessa religião e muitas vezes se apodera até mesmo da sua chefia, traz contribuições que por vezes complicarão e enriquecerão a macumba carioca, os procedimentos mágicos que carregam começam a fazer parte das práticas antes afro-brasileiras a fim de elevar sua eficácia, desse modo, passam a fazer parte do acervo cultural mágico das macumbas cariocas as estrelas de David, livros de astrologias, talismãs e insígnias cabalísticas.

De acordo com Ortiz (1999) o espiritismo trazido ao Brasil em 1853 com suas “mesas girantes”, rapidamente se afasta do pensamento racionalista de Allan Kardec. Em 1973 a palavra de ordem da Sociedade Espírita do Grupo Confúcio era “sem caridade não existe verdadeiros espíritas”, com isso a religião passou a aplicar passes aos doentes e o espiritismo passou a ter uma tendência terapêutica. Dessa forma, o médium torna-se um curandeiro. O espiritismo passa a ter uma qualidade de consolo dos sofrimentos e moléstias, é dessa forma que penetra nas classes sociais mais baixas, e alguns dos espíritas dirigem-se para as crenças afro-brasileiras, apropriando-se delas.

Esta visão, que nos remete a uma integração hierarquizada, mais um dos paradoxos da nossa formação, está absolutamente articulada a

certa linha de umbanda que trabalha em uma perspectiva bastante similar: somos resultado da integração de três raças – coisa que se expressa no campo da espiritualidade –, mas os elementos eurocêntricos, expressos nas tradições cristãs kardecistas, devem ser determinantes e depuradores de práticas e indígenas; e os próprios espíritos não brancos devem ter o direito de trabalhar e praticar a caridade em direção às suas evoluções cármicas. (SIMAS, 2021:116).

3.3 Integração e Legitimação Social

Dessa forma, a Umbanda consegue sintetizar e integrar três tradições diferentes (afro-brasileira, catolicismo e espiritismo) ao mesmo passo que se distancia delas como um sistema religioso novo; dessa forma, conseguiu formar um novo cosmo religioso, no entanto, essa cosmologia religiosa¹¹ em seu início não foi a mesma em todos os tempos da religião, criando um desacordo entre seus intelectuais, que mais tarde seria trabalhado em eventos da religião a fim de integrá-la e a legitimar, mas nunca inteiramente definida, dado que a religião está em constante transformação.

A história brasileira nos ensina porém que não nos encontramos mais no seio de uma sociedade de castas (senhores-escravos), mas numa sociedade de classes onde a mobilidade social é um fato real. A cosmologia religiosa não deixa escapar nem mesmo esse aspecto da questão, pois através da purificação do carma ela fornece o princípio equivalente à mobilidade social, com espíritos movimentando-se ao longo de estratos celestes. A noção de evolução espiritual corresponde assim à ideia de mobilidade social. (ORTIZ, 1999:121)

O mundo sagrado da Umbanda “branca”, impregnado de racionalidade, é uma forma de adequação à vida urbana. Constitui uma alternativa de adaptação ao estilo de vida urbano, com ritos e valores que permitem àqueles indivíduos uma possibilidade de afrontar os paradigmas da sociedade, já a racionalidade inserida na Umbanda, está intimamente relacionada, e é fruto, da camada de intelectuais urbanos adeptos a religião.

A Umbanda se caracteriza por um movimento centrípeta que tende a expulsar do seu centro as paixões e os desejos humanos considerados sórdidos; neste sentido ela vai recalá-los sob a máscara dos caboclos e pretos-velhos. As tendências libidinosas do ego inferior só podem portanto se manifestar através de espíritos ambíguos, os exus, que são

¹¹ A cosmologia religiosa consiste em um modo de explicação do mundo pelas entidades religiosas, podendo estas serem monoteístas ou politeístas como é o caso das religiões afro-brasileiras.

rigidamente controlados pelo código moral do ego superior. A liberação destas tendências também se realiza numa linguagem de transe, mas fora do domínio da Umbanda; passamos assim para o terreno da macumba. (Ortiz, 1999:143-44).

Enquanto a Umbanda se caracteriza pela integração à sociedade, a macumba é caracterizada pela sua marginalidade ao sistema social, e é por isso que ela vai crescer dentro das favelas cariocas.

Se podemos considerar a macumba como contestadora, isto deriva não do fato de que ela queira ser marginal, ao contrário, por ela não poder integrar-se dentro da ordem da sociedade brasileira. Por isso, o culto não tem força revolucionária, mas é simplesmente sinal de uma conjuntura sócio-econômica mais ampla, onde a marginalidade é um fator integrante. (...) a macumba é o resultado da rejeição de uma sociedade que se industrializa num país subdesenvolvido. A contestação da macumba é mais um drama, o drama de uma camada social que é estruturalmente excluída de participar dos valores da sociedade global. (ORTIZ, 1999: 148).

Por outro lado, a Umbanda também se digladiará e se afastará das práticas afro-brasileiras, em especial do Candomblé. Os rituais afro-brasileiros chocavam-se com as necessidades da reprodução capitalista com seus longos períodos de reclusão considerados incompatíveis com o tempo de trabalho exigido e prescrito pelo mercado capitalista. Os elevados custos com as cerimônias que eram encarecidas pelos sacrifícios de animais, festas, confecção de roupa para a saída do santo com as quais o filho de santo deveria arcar e principalmente a periodicidade daquelas obrigações que ao levar sangue de animais, posto que é o sangue que separa o profano do sagrado no culto de Candomblé, o preço dos animais atrelado a dificuldade de reprodução desses em meio urbano encareciam o culto, o que fez com que a Umbanda se torna-se mais “vantajosa” no sentido financeiro.

Dessa forma, enquanto o Candomblé é acusado de ser um gasto desnecessário e de explorar a credulidade popular, a Umbanda se opõe por meio de sua caridade gratuita se colocando como uma solução àqueles gastos e ao sacrifício animal. Por outro lado, na Umbanda não há reclusão, nela o culto ocorre geralmente durante a noite, após o horário de trabalho, se integrando harmoniosamente ao cotidiano do trabalhador.

No entanto, a questão do sacrifício, na concepção de Ortiz (1999), não se trata apenas do quesito financeiro, mas também do ideológico, trata-se de valores da sociedade global. O sacrifício, as oferendas e o ritual afro-brasileiro, são considerados pela ótica Umbandista: atraso, ignorância, maldade, por fim, práticas negras e de

negros. Nesse sentido, o negro deve se embranquecer e aquelas práticas mágico-religiosas devem ser combatidas, pois não se adequam aos novos valores da sociedade moderna. Desse modo, é proibido na Umbanda, tudo aquilo que se relacione a práticas mágico-religiosas: o sacrifício, a pólvora, tambores e marafos. Os valores de classes se manifestam com as primeiras federações sendo dirigidas por pessoas de classe média, com fortes valores de limpeza e boa apresentação sendo inseridos no culto de modo a comandar o comportamento e as “boas” práticas do médium.

Como todo sistema simbólico, a Umbanda tende a legitimar a objetivação dos elementos de ordem simbólica que se encaixam dentro da lógica do seu universo religioso. Este esforço de legitimação, de explicação do mundo, é necessário, pois não se deve esquecer que a religião umbandista é um valor novo que emerge no seio da sociedade brasileira. Isto faz com que a religião se aproprie dos meios dominantes da sociedade global como elementos legitimadores [...] (ORTIZ, 1999: 163).

Dessa forma, em seu processo de legitimação, a Umbanda buscará um status que se adeque aos valores da sociedade brasileira, por isso e para isso, ela recusa as práticas negras, justamente por buscar um status que corresponda aos valores dominantes da sociedade e são esses valores que vão agir na religião como elementos de legitimação. Para tanto, a Umbanda fará uso de três modos de legitimação, são eles a antiguidade da religião que se expressa a partir das origens da fé, o discurso científico onde ela usa da ciência para explicar a religião e por fim, o discurso cultivado, no qual ela vai relacionar práticas religiosas eruditas, ou “eurocênicas” para explicar determinadas práticas dentro da fé.

Ademais, como bem debate Simas (2021), o Projeto Nação que foi ancorado na inclusão subalterna de indígenas e negros que valorizava o conhecimento branco em detrimento dos demais, foi levado a diante por décadas, dessa forma, os terreiros estavam sempre expostos a serem denunciados por diversas motivações como pelo curandeirismo que foi proibido no artigo 284 do decreto-lei nº2.848 do código penal em 7 de setembro de 1940 que na prática fazia com que qualquer defumação, banho de erva ou descarrego fosse passível de detenção para seus praticantes. Ou ainda, o decreto-lei nº 3.688 de outubro de 1941 que versava sobre a paz pública e na prática fazia com que aqueles fiéis corresse risco de prisão por perturbação da paz ao tocarem seus tambores ou cantassem em seu culto. Ambas as leis foram muito utilizadas para denunciar os terreiros e seus frequentadores.

Desse modo, é natural que muitos terreiros tenham buscado se adequar às “normas sociais” embranquecidas, se a Umbanda é embranquecida, formalizada e legitimada na sociedade, é justamente porque os trabalhadores buscavam consolo, e primordialmente, integração psicossocial naquela sociedade, se havia uma integração subalterna, para a religião não sofrer tantas dores, ela se adequa, aceita e até busca justificar a sociedade, o trabalho e o capitalismo, mantendo seus frequentadores longe das lutas sociais, apaziguando suas dores, e por fim, suas forças de luta.

CONCLUSÃO

O objetivo desta monografia foi compreender o surgimento da Umbanda a partir da formação do capitalismo, industrialização e urbanização no Brasil, partindo da hipótese de que o processo socioeconômico brasileiro explicaria o nascimento e o modelo de legitimação da Umbanda. Para tanto, a metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica que priorizou a utilização de argumentos de natureza teórica.

No primeiro capítulo foi estudado o processo econômico brasileiro no período entre o fim do século XIX e o início do século XX, período determinante para a formação do capital industrial brasileiro e que explica a mudança de um modelo econômico agroexportador para um modelo de substituição de importações, levando em consideração a formação de um mercado de consumo interno, assim como os temas: abolição e imigração através da análise econômica.

O segundo capítulo abordou a urbanização e as condições socioeconômicas do trabalhador, para tanto, levou em consideração a forma como a abolição se sucedeu e a integração do negro no novo modelo capitalista de produção; o processo de urbanização e favelização na cidade do Rio de Janeiro; as precárias condições de vida do trabalhador, e por fim, as revoltas urbanas e o modelo de controle paternalista Estatal.

O terceiro capítulo analisou como a transformação econômica brasileira, e consequentemente, social brasileira foi crucial na formação da Umbanda e como essa buscou se integrar e legitimar na sociedade daquela sociedade.

Nesse sentido, a Umbanda e seus dirigentes tenderam a ser imparciais e, ao mesmo passo que, mantém algumas características do culto afro-brasileiro, buscaram sua legitimação no embranquecimento da religião e afastamento das práticas “negras”, devido a estigma que a matriz desses cultos carrega historicamente. Dessa forma, a Umbanda aproveitou do projeto de formação da identidade brasileira que, como observado, hierarquizou a cultura branca em detrimento da cultura negra e indígena, para se legitimar como uma religião plenamente brasileira.

Dentro desse processo, a Umbanda incentivará o trabalho urbano e industrial e um modo de vida “adequado” aos seus fieis. Se pondo acima de tudo como uma religião cristã. Mas, sobretudo, a Umbanda é resultado de uma profunda mudança socioeconômica brasileira, onde se alteraram o *modus operandi* da sociedade, obrigando aqueles negros e imigrantes a ocuparem os mesmos espaços, incluindo os de moradias, que incorreram na favelização, bem como na concorrência das oportunidades de

trabalho, onde o negro tinha desvantagem, posto que esse, saiu da senzala deixando de ser escravo sem, de fato, ser considerado cidadão brasileiro. Ambos os grupos passaram por mudanças nas suas perspectivas de vida e buscavam um modo de se integrar naquela sociedade desigual e racista.

Entretanto, durante o processo de abolição não se indenizou aqueles negros, que foram condicionados por três séculos à escravidão, ao contrário, foram largados a própria sorte e, muitos deles, velhos ou feridos, sem qualquer perspectiva de futuro. A sociedade era extremamente preconceituosa e em geral só sobravam a eles os trabalhos mais indignos e insalubres, isso quando ainda o conseguiam. Com sua fé hostilizada, sua saúde diminuta e a alimentação geralmente precária, era esse o cenário em que o negro foi inserido e teve de lutar para sobreviver, e para isso, por muitas vezes, aceitando as duras imposições dessa sociedade, na tentativa de se encaixar e ser entendido como parte da mesma.

A Umbanda, assim, surge como parte dessas mudanças sociais, mas, também, como resposta a necessidade dessa população marginalizada, como um porto seguro e de acolhimento, para que estes pudessem tratar não só as dores físicas, mas as de seu espírito, também, que ora foi destruído por diversas vezes por aqueles que não o viam e nem permitiam que o vissem como iguais.

Os estudos da Umbanda podem ser considerados novos na economia e, portanto, difíceis de ser encontrados, entretanto, essa monografia nos faz pensar não somente a cerca formação de uma religião, mas primordialmente, sobre quem é e quem foi o trabalhador brasileiro que se inseriu nesta, assim como as explorações sofridas por ele ao longo daquele período. Outros estudos podem ser feitos a cerca da Umbanda ou das afro-religiões no Brasil: a migração do negro para as Igrejas Pentecostais, ou ainda, as dificuldades encontradas nos períodos de ditadura no Brasil pelas religiões afro-brasileiras, são temas muito interessantes que poderão ser abordados em uma futura pesquisa.

REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. Fidel e a Religião: Conversas com Frei Betto. 6ª ed. São Paulo (SP): Editora Brasiliense S.A., 1985. 379p.

CARDOSO DE MELLO, José Manuel. O capitalismo tardio. 11ed. Campinas (SP): Editora Unesp, 2009. 152p.

DECCA, Maria. Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930. 10 ed. São Paulo (SP): Atual, 1991. 86p.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5ª ed. São Paulo (SP): Editora Globo, 2008. 439p.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo (SP): Companhia de Letras, 2007. 343p.

GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR. Economia brasileira contemporânea. 4ªed. São Paulo (SP): Atlas, 2002. 607p.

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000. < [Tendências do pensamento brasileiro | Tempo Social \(usp.br\)](#)> acesso em 14 de abril de 2022.

IBGE: Brasil: 500 anos de povoamento, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE: Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IGBE, 2006.

IBGE: Estatísticas históricas do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LOBO, Eulalia et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia. v. 25 n. 4 (1971) < <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67>> acesso em 13 de janeiro de 2022

MARX, Karl. A revolução antes da revolução. São Paulo: expressão popular, 2008.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Brasília: Câmara de Deputados, 2019. 203p.

OLIVEN, RG. Urbanização e mudança social no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. acesso em 02 de janeiro de 2022.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira. 2ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1999. 216p.

PRADO JUNIOR, Caio. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. 48ª reimpressão da 1 ed.. São Paulo (SP): Editora Brasiliense, 2008. 364p.

RAMOS, Eurico. Revendo o Candomblé: respostas às mais frequentes perguntas sobre a religião. Rio de Janeiro (RJ): Mauad X, 211. 120p.

RODRIGUES, Leôncio. Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>> acesso em 10 de outubro de 2021.

SILVA, Marcelo. O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social. Estação Científica (UNIFAP), 2018 <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3489>> acesso em 18 de novembro de 2021.

SIMAS, Luiz. Umbanda: uma história do Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2021. 182p.

SOUZA, Leal. O espiritismo, a magia e as Sete Linhas de Umbanda. 3ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Fundamentos de Axé, 2019. 320p.

TRINTADE, Diamantino. História da Umbanda no Brasil. 1ª ed. Limeira (SP): Editora do Conhecimento, 2014. 570p.

XAVIER, Regina (Org.). Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo (SP): Alameda, 2012. 486p.